



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
CENTRAL DE LICITAÇÕES E COTAÇÕES ELETRÔNICAS

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 023/2022

PREGÃO ELETRÔNICO – ESMPU Nº 15/2022

Processo 0.01.000.1.001478/2022-89	PREGÃO ELETRÔNICO – ESMPU Nº 15/2022	
SRP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de quota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Facultativa <input type="checkbox"/> Não se aplica	Amostra? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	O critério de julgamento? MENOR PREÇO R\$ 362.710,00
OBJETO	Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução destinada à gestão de inventário e localização patrimonial, incluindo o fornecimento de equipamentos, os serviços de integração com o sistema de gestão de patrimônio em operação na ESMPU, de inventário, de taguemento e de treinamento de pessoal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	
DATA E HORÁRIO	1º de novembro de 2022 às 14 horas (horário de Brasília)	
SITE DE REALIZAÇÃO	Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br	
CÓD. UASG	200234	
RETIRADA DO EDITAL	www.gov.br e http://escola.mpu.mp.br/transparencia/licitacoes/pregao-eletronico/pregao-eletronico-2022/pregao-eletronico-2022	
Escola Superior do Ministério Público da União CLCE - Central de Licitações e Cotações Eletrônicas Sede: SGAS 603, lote 22 CEP 70200-630 Brasília - DF Telefone: (61) 3553-5441 CLCE@ESCOLA.MPU.MP.BR		

CONSTITUEM ANEXOS DESTES EDITAL, DELES FAZENDO PARTE INTEGRANTE.

ANEXO I	Termo de Referência Anexo I - Especificação dos Equipamentos Anexo II - Modelo de Declaração de Vistoria Anexo III - Declaração de Conhecimento das Condições do Local Anexo IV - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo
ANEXO II	Planilha de Preços de Referência
ANEXO III	Modelo de Minuta do Contrato Anexo I - Especificação dos Equipamentos Anexo II - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo
ANEXO IV	Modelo de declaração de ausência de parentesco - Resolução n. 37/2009 - CNMP
ANEXO V	Modelo de Declaração de Concordância - Portaria ESMPU n. 21/2017□

A ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – ESMPU, UASG 200234, sediada no **SGAS, Avenida L2 Sul, Quadra 603, Lote 22, Brasília-DF**, por meio do Secretário de Administração e Ordenador de Despesas, torna público para ciência dos interessados, que na data e horários estabelecidos na folha de rosto, por meio do endereço eletrônico www.gov.br, realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO**, utilizando os recursos de tecnologia da informação – Internet.

O procedimento licitatório será regido pelas seguintes normas: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010; subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e demais normas pertinentes, subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a é a Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução destinada à gestão de inventário e localização patrimonial, incluindo o fornecimento de equipamentos, os serviços de integração com o sistema de gestão de patrimônio em operação na ESMPU, de inventário, de taguemento e de treinamento de pessoal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. A licitação será realizada em **grupo único**, formados por **8 (oito) itens**, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
4. As especificações técnicas do objeto estão disciplinadas no Anexo I do Edital (Termo de Referência).
5. Em caso de discordância entre as especificações do objeto contidas no Comprasnet e as constantes neste edital, prevalecerão as constantes neste edital.

CAPÍTULO II – DO CREDENCIAMENTO

1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
7. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

CAPÍTULO III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
2. Não poderão participar desta licitação:
 - a) empresas **impedidas de licitar** ou contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;
 - b) empresas **suspensas de participar** de licitação ou impedida de contratar com a ESMPU, nos termos do art. 87, III, da Lei 8.666/93;
 - c) empresas **declaradas inidôneas** para licitar ou contratar com a Administração Pública (nos termos do art. 87, IV, da Lei 8.666/93);

d) empresas **declaradas inidôneas** para licitar com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/92;

e) empresas proibidas de contratar com o Poder Público, na forma da Lei 8429/1992;

f) empresas que estejam constituídas sob a **forma de consórcio**;

g) empresas **concordatárias, em processo falimentar, em recuperação judicial** ou que hajam tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

h) empresas ou **sociedades estrangeiras** que não funcionem no país;

i) empresas cujo estatuto ou contrato social **não inclua ramo** de atividade compatível com o objeto desta licitação;

j) empresas prestadoras de serviços que tenham como sócios, gerentes ou diretores, membro ou servidor (este quando ocupante de cargo de direção) da ESMPU, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme a Resolução 37/2009 - CNMP; Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto no neste item aplica-se aos membros da comissão de licitação, conforme disposições previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93. **e**

l) quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO IV – DA IMPUGNAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

1.1. O Pregoeiro **decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis**, contados do recebimento da impugnação e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame.

2. Os pedidos de **esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço www.gov.br ou clce@escola.mpu.mp.br.

2.1. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido**, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e outros instrumentos auxiliares à licitação.

3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão postadas no quadro de avisos do sistema Comprasnet, assim como na página da Transparência da ESMPU e vincularão os participantes e a Administração.

CAPÍTULO V – DA PROPOSTA DE PREÇOS

1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.1. Valor unitário e total do item;

1.2. Descrição do objeto, contendo as informações referente à especificação do Termo de Referência.

2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo da **Planilha de Preços de Referência, conforme Anexo II deste Edital;**

4. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

6. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva

responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

13. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

14. No caso do prazo de validade da proposta ser omitido na proposta, o Pregoeiro entenderá como sendo igual ao previsto no item 11.

CAPÍTULO VI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

9.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

9.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

9.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

9.2 . que está ciente e **concorda com as condições** contidas no Edital e seus anexos;

9.3. que **cumpre os requisitos** para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

9.4. que **inexistem fatos impeditivos** para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9.5. que **não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando **trabalho degradante** ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei **para pessoa com deficiência** ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital

Obs.: As declarações citadas serão impressas pelo Pregoeiro. Na impossibilidade de tal procedimento por falha na inserção ou problema no sistema, a licitante deverá apresentá-las, quando solicitadas pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO VII – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico na internet (www.gov.br), na data, horário e local indicados neste Edital.

2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou que contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem especificações técnicas contidas no Termo de Referência

2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**

2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

4. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, pelo pregoeiro ou de desconexão.

CAPÍTULO VIII – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, momento em que as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

2. A licitante será imediatamente informada do recebimento do lance e do respectivo horário e valor consignado no registro.

3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que **cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez) centavos.**

6. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

12.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, **quando houver**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

23. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

- 24.1. prestados por empresas brasileiras;
 - 24.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 24.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
25. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

CAPÍTULO IX – DA NEGOCIAÇÃO

1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
3. Ficará facultado ao pregoeiro estabelecer um prazo máximo de tempo para que a licitante manifeste-se no chat do sistema Comprasnet, quando convocada à negociação ou ao esclarecimento de dúvidas.
4. A ausência de manifestação por parte da licitante, relativamente ao subitem anterior, poderá ocasionar a desclassificação da licitante do certame.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

1.1. Será adotado o critério de julgamento do tipo menor preço.

2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

2.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital

2.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

2.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

2.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no **Anexo II, Planilha de Preços de Referência**, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

2.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

2.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

2.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

9. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, **quando houver**, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

1.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

1.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

3.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

3.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

3.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

5. Os documentos complementares a serem requisitados e apresentados não poderão ser os já exigidos para fins de habilitação no instrumento convocatório. Em outras palavras, não se trata de uma segunda oportunidade para envio de documentos de habilitação. A diligência em questão permite, apenas, a solicitação de documentos outros para confirmação dos já apresentados, sendo exemplo a requisição de cópia de contrato de prestação de serviços que tenha embasado a emissão de atestado de capacidade técnica já apresentado.

6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema.

10. Os licitantes que não estiverem cadastrados no SICAF, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista:

I – Habilitação Jurídica:

- a) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo em vigor (estatuto ou contrato social), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual (EIRELI) de responsabilidade limitada;
- c) inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, no caso de sociedade simples;
- d) ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, no caso de cooperativa;

OBSERVAÇÃO: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

II – Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) prova de regularidade com a Fazenda Nacional;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital/Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

e) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

OBSERVAÇÃO: Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar, ainda, a seguinte documentação:

III - Qualificação Técnica

a) Apresentação de **atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado** que comprove ter prestado ou estar prestando satisfatoriamente os serviços de comercialização e instalação de solução de identificação por rádio frequência – RFID, composto por coletores portáteis, etiquetas inteligentes e os serviços especificados no Termo de Referência, Anexo I deste instrumento, compatíveis com o objeto;

1. Para fins da comprovação, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

b) **Declaração** de que possuirá durante a vigência do contrato, no quadro permanente de funcionários ou no quadro societário da empresa, técnico especializado na manutenção de equipamentos e na prestação dos serviços que compõem o objeto da contratação,

c) **Declaração** emitida pelo licitante de que **conhece as condições do local** de instalação dos equipamentos ou que **realizou vistoria**, conforme modelos dos ANEXOS II e III, do Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

IV – Qualificação Econômico-Financeira:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

2) é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

c) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral

(LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

d) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, quando houver, ocorrendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos

artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

20. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

21. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

CAPÍTULO XII – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS VENCEDORA

1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

1.2. estar devidamente ajustada ao lance vencedor ou valor negociado;

1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8. Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados**, deverão ser entregues na Comissão Permanente de Licitação da ESMPU, no endereço: SGAS, Av. L2 Sul, Quadra 603, Lote 22, Sala 101-1, Brasília/DF- CEP: 70.200-640.

9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DE VENCEDOR

1. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar e devidamente habilitada será declarada vencedora pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XIV – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1. A sessão pública poderá ser reaberta:

1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do

procedimento licitatório.

4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

CAPÍTULO XVI – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

CAPÍTULO XVII - DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA E DO TERMO DE CONTRATO

1. **ATENÇÃO:** A ESMPU solicitará que a Licitante Vencedora se credencie como “usuário externo” no **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**, para fins de assinatura eletrônica dos documentos inerentes à contratação, de acordo com o disposto no art. 16, Seção II, Portaria ESMPU n. 21/2017.

2. Para o cadastro como usuário externo no SEI é necessário o preenchimento de formulário próprio que deverá ser entregue pessoalmente ou pela via postal ao Núcleo de Protocolo, Expedição e Arquivo da ESMPU contendo a seguinte documentação:

I – Pessoa Física:

- a) Declaração de concordância;
- b) Documento de identidade;
- c) Cadastro de Pessoa Física – CPF.

II – Pessoa Jurídica:

- a) Declaração de concordância;
- b) Documento de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal;
- c) Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados;
- d) Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados;
- e) Cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ.

3. Serão aceitos como documento de identidade: cédula de identidade expedida por Secretaria de Segurança Pública (RG); Carteira Nacional de Habilitação (CNH); carteira de trabalho e previdência social – CTPS; passaporte; carteira funcional expedida por órgão público, reconhecida por lei federal como documento de identidade válido em todo território nacional; carteira de identidade expedida por órgão fiscalizador do exercício de profissão regulamentada por lei;

4. No caso de entrega presencial, a autenticação dos documentos relacionados no item 2 poderá ser efetuada por servidor da ESMPU, mediante apresentação do respectivo original; alternativamente, poderão ser enviadas cópias via postal desde que autenticadas em cartório;

5. A declaração de concordância poderá ser assinada eletronicamente com emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou pessoalmente no local, sem necessidade de reconhecimento de firma; ou, alternativamente, poderá ser enviada via postal, desde que com firma reconhecida em cartório;

6. A ESMPU poderá solicitar, a qualquer tempo, a apresentação dos documentos originais, fixando prazo para cumprimento.

7. O credenciamento está condicionado à aceitação das regras do SEI pelo usuário externo que se responsabilizará pelo uso indevido do sistema nas esferas administrativa, civil e penal.

8. Após a homologação da licitação e verificada a pertinência dos dados cadastrados com a respectiva documentação de credenciamento do usuário externo, **a Licitante Vencedora será convocada, por ofício enviado eletronicamente, para assinatura digital do termo contratual ou instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.**

9. Se a Licitante Vencedora não assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente sem justificativa por escrito e aceita pelo Secretário de Administração/ESMPU, restará caduco o seu direito de vencedora, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.

10. Ocorrendo a hipótese prevista no item acima, o objeto da presente licitação poderá ser adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem de classificação, e de acordo com as propostas apresentadas.

11. Previamente à formalização da contratação, a ESMPU realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

12. Constatada a irregularidade no SICAF, a ESMPU poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação, para assinar o contrato.

CAPÍTULO XVIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

1.2. apresentar documentação falsa;

1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

1.5. não mantiver a proposta;

1.6. cometer fraude fiscal;

1.7 comportar-se de modo inidôneo;

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de **investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR**.

6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, bem como as porcentagens e prazos estipulados na tabela a seguir:

OCORRÊNCIA		SANÇÃO	
		MULTA	IMPEDIMENTO SUSPENSÃO
I	Deixar de entregar documentação exigida para o certame	até 2% sobre o valor proposta	até 4 (quatro) meses
II	Fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa Declaração falsa quanto às condições de participação; Declaração falsa quanto ao enquadramento como ME/EPP; Conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances; Atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.	até 10% do valor da proposta	até 24 (vinte e quatro) meses
III	Ensejar o retardamento da execução do certame Ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato.	até 10% do valor da proposta	até 6 (seis) meses
IV	Não manter a proposta Ausência do envio ou envio fora do prazo; Recusa do envio do seu detalhamento, quando exigível; Pedido de desclassificação da proposta, quando não for fundamentada a demonstração de vício ou falha na sua elaboração que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.	até 10% do valor da proposta	até 4 (quatro) meses
V	Comporta-se de modo inidôneo A prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações;	até 15% do valor da proposta	até 24 (vinte e quatro) meses
VI	Cometer fraude fiscal Prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública.	até 20% do valor da proposta/contrato	até 40 (quarenta) meses

VII	Não regularizar a documentação relativa a regularidade fiscal, trabalhista e/ou previdenciária, no prazo determinado.	até 1% sobre o valor da proposta	até 2 (dois) meses
VIII	Não assinar o contrato ou instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	até 10% do valor proposta	até 6 (seis) meses

11. As penas previstas serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada **agravante**, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

I - quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha sofrido registro de 3 (três) ou mais penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas no presente Edital nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II - quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado, tenha sua proposta recusada ou seja inabilitado em razão de sua notória impossibilidade de atendimento ao estabelecido no edital de licitação;

III - quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo; ou

IV - quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

12. As penas previstas nos subitens 1.1., 1.3., 1.4., 1.5., do item 1, poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no **item 11**, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes **atenuantes**:

I - a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do licitante ou contratado;

II - a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

III - a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo;

13. A penalidade prevista no subitem 1.3, do item 1, deste Capítulo, poderá ser afastada quando tenha ocorrido a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente:

I - a ausência de dolo na conduta;

II - que a documentação entregue esteja correta e adequada ao que foi solicitado;

III - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

IV - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

V - que a penalidade esteja estabelecida em prazo não superior a 2 (dois) meses; e

VI - que o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou contratações ocorridos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

14. Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

15. Na apuração dos fatos, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

16. A Administração formará sua convicção com base na demonstração dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade dos documentos e informações apresentadas na defesa.

17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas neste Capítulo, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

20. A aplicação das sanções previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 é de competência do Secretário de Administração da ESMPU, conforme o art. 72, inciso XIV do Regimento Interno, aprovado pela Resolução CONAD nº 05, de 22 de junho de 2020 e a sanção prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93 é de competência do Diretor-Geral da ESMPU.

CAPÍTULO XIX - DO PAGAMENTO

1. O pagamento ocorrerá na forma disciplinada no Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital.

CAPÍTULO XX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital.

CAPÍTULO XXI – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital.

CAPÍTULO XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.

2. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

4. À ESMPU fica reservado o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado (artigo 49 da Lei

nº 8.666/93).

5. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei nº 8.666/93, art. 65, § 5º).

6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da homologação da licitação sem que haja convocação para assinatura do termo de contrato ou aceitação do instrumento equivalente, os licitantes estarão automaticamente liberados dos compromissos assumidos.

7. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades.

8. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Pregoeiro.

9. Havendo quaisquer procedimentos de caráter meramente protelatórios, comportamentos inadequados, indícios de fraude ou de conluio por parte de licitantes ou interessados em participar da licitação, o Pregoeiro comunicará o fato às autoridades competentes, para as providências cabíveis.

10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

ANEXO I **TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução destinada à gestão de inventário e localização patrimonial, incluindo o fornecimento de equipamentos, os serviços de integração com o sistema de gestão de patrimônio em operação na ESMPU, de inventário, de tagueamento e de treinamento de pessoal, com objetivo de atender às necessidades da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, conforme especificações deste termo de referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A solução a ser adquirida servirá para suprir demandas operacionais, permitindo o adequado controle dos bens da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, de forma a monitorar e controlar os bens em uso, protegendo-os contra perda, movimentação não permitida, retiradas não autorizadas, trazendo maior qualidade e eficiência no levantamento patrimonial.

2.1.1. Os quantitativos das etiquetas RFID e dos serviços de saneamento, inventário e fixação de etiquetas foram baseados na quantidade de bens patrimoniados existentes na ESMPU e margem para futuras aquisições. Já a quantidade de coletores visou agilizar os serviços das comissões de inventário (principal utilização), visto que, de acordo com a Instrução Normativa/MPF nº 9, de 11 de junho de 2019, essas comissões deverão ser formadas por, no mínimo, 03 servidores. Dessa forma, a aquisição de apenas 01 coletor não traria a agilidade pretendida pela aquisição.

2.2. Atualmente a ESMPU não possui solução que gere de forma rápida e eficiente os bens patrimonizados. O órgão tem cerca de 14.000(catorze mil) itens que possuem patrimônio, destes, aproximadamente 7.500(sete mil e quinhentos)compõem o acervo bibliográfico, que por suas especificidades não será contemplado nesta contratação. Todos os bens são identificados com plaquetas metálicas com código de barra e numeração sequencial para conferência e controle. A leitura dessas plaquetas de identificação é feita uma a uma, com a aproximação de um leitor de código de barras, em um processo lento e desgastante para os responsáveis pelo controle do patrimônio e para as comissões de desfazimento e inventário anual.

2.3. A aquisição de um sistema de controle patrimonial, baseado em tecnologia RFID, composto por tags/etiquetas e coletores móveis que captam o sinal das etiquetas à distância, permitirá conferências e controles mais adequados, tornando assim o trabalho desempenhado pelos servidores do patrimônio e das comissões de desfazimento e inventário anual, mais rápido e eficiente, além de reduzir, consideravelmente, erros de leitura em duplicidade.

2.4. A comparação entre o sistema atual e o pretendido, apontou os seguintes aspectos:

2.4.1. Solução baseada em Código de Barras(atual):

- a) A leitura do código requer contato visual;
- b) A leitura só ocorre com o coletor/leitor próximo à etiqueta de código de barras;
- c) O coletor/leitor lê apenas um código de barras por vez;
- d) As leituras são sequenciais e sempre precisam da intervenção humana; e
- e) Alto custo no processo de inventário, por demandar mais tempo e mais recursos humanos.

2.4.2. Solução baseada em RFID:

- a) A leitura do código RFID não requer contato visual;
- b) As leituras são múltiplas, simultâneas e de forma automática, ou seja, várias etiquetas RFID por segundo;
- c) Os chips das etiquetas são fabricados com código único, com memória de usuário para escrita adicional
- d) As etiquetas podem resistir à umidade e temperatura;
- e) As informações podem ser rastreadas de forma automatizada e gravadas criptografadas;

2.5. **A adjudicação do objeto será por lote único e indivisível**, dada a necessidade de completa integração entre as partes da solução, o objeto possui características de maiores dependências entre alguns produtos e serviços a serem prestados, sendo certo que seu parcelamento aumentaria os riscos de execução insatisfatória do serviço, podendo comprometer o funcionamento da solução que se pretende obter. Assim, em consonância com o pronunciamento do Tribunal de Contas da União - TCU (Acórdão nº 2769/2011 – TCU – Plenário) sobre o tema, recomenda-se o não fracionamento do objeto a ser adquirido, em razão de suas especificidades técnicas e da interdependência existente entre as tecnologias (software, hardwares e serviços) que compõem a solução.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. A contratação objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93, e nos Decretos nº 3.555/2000, 7.892/2013 e 10.024/2019, no que couber.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

4.1. Conforme parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002, os bens/serviços objeto deste termo de referência são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e de qualidade estão objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

5.1 As especificações técnica dos equipamentos e dos serviços que compõem o objeto desta aquisição, estão detalhadas no Anexo I, deste instrumento.

5.2. Fazem parte da presente especificação, as normas dos fabricantes, bem como as normas pertinentes ao objeto, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da ANATEL e os demais órgãos reguladores.

5.3. Os equipamentos, materiais e serviços que compõem o sistema de controle patrimonial com identificação por rádio frequência - RFID estão especificados no quadro abaixo:

Item	Descrição / Especificação	Unid.	Quant.
1	Coletor portátil RFID com android embarcado	UN	02
2	Licenças para software do coletor portátil RFID UHF	UN	02
3	Plaquetas/Etiqueta passivas RFID UHF de patrimônio (50x15)mm, laminada para superfícies metálicas	UN	7000
4	Serviço de integração da solução contratada com o sistema de controle patrimonial da ESMPU, com carga inicial de dados	SV	01
5	Serviço de Instalação e configuração dos módulos WEB e MOBILE de gestão de inventários, movimentações e monitoramento de bens patrimoniais por RFID	SV	01
6	Serviço de Saneamento, inventário e fixação das etiquetas/tags RFID	SV	7000

7	Serviço de Instalação e configuração dos coletores portáteis	SV	01
8	Serviço de treinamento de pessoal(usuários da solução)	SV	01

6. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO.

6.1. O prazo de entrega dos materiais e equipamentos é de até **30(trinta) dias corridos**, contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.2. A entrega dos materiais será realizada em período comercial, de segunda a sexta-feira, das 13h às 18h, agendado previamente no Núcleo de Patrimônio da ESMPU(NUPAT), no endereço SGAS 603, lote 22, telefone (61)- 3553-5486, e-mail: nupat@escola.mpu.mp.br.

6.3. A CONTRATADA terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após a data da entrega dos materiais e equipamentos para concluir todos os serviços contratados;

6.4. A empresa deverá apresentar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 5(cinco) dias, cronograma detalhado com previsão da instalação dos equipamentos e do treinamento.

7. DA VISTORIA

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução de instalação dos equipamentos, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13 horas às 18 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3553-5480, podendo sua realização ser comprovada por:

7.1.1. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições do local de instalação dos equipamentos ou que realizou vistoria, conforme modelos dos ANEXOS II e III, deste instrumento;

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

7.4. A realização da vistoria não será obrigatória, entretanto, não serão aceitas alegações posteriores quanto a desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvidas ou esquecimento que possam provocar empecilhos, atrasos na realização dos serviços ou paralisações, arcando a empresa com quaisquer ônus decorrentes destes fatos.

8. DA GARANTIA DO OBJETO

8.1. A garantia do objeto do presente instrumento será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou igual ao fornecido pelo fabricante, o que for mais vantajoso para a CONTRATANTE, contados da data do recebimento definitivo.

8.2. A área demandante da CONTRATANTE deverá exigir a entrega de certificado/termo de garantia devidamente preenchido, acompanhado do manual de instrução, de instalação e de uso dos produtos em linguagem didática;

8.3. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar termo/certificado de garantia no ato da

entrega do objeto, sob pena de não lhe ser fornecido sequer o recebimento provisório;

8.4. Caberá à CONTRATADA prestar/possuir assistência técnica em Brasília/DF, por meios próprios ou por intermédio de empresa credenciada, a fim de manter o equipamento em perfeitas condições de uso, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

8.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

8.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

8.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

8.8. Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada.

8.8.1. O início do atendimento dos chamados de assistência técnica deverá ocorrer em prazo não superior a 04(quatro) horas. Esse, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pela CONTRATANTE.. O problema deverá ser resolvido em até 5 (cinco) dias úteis do momento da abertura do chamado técnico.

8.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

8.10. GARANTIA *ON-SITE*: Será prestada garantia *on-site* para todos os equipamentos fornecidos.

8.11. A CONTRATADA deverá manter central de atendimento para abertura de chamados, a qual deverá ser acionada por meio de ligação gratuita ou ligação local em Brasília, podendo a empresa disponibilizar abertura de chamados pela Internet.

8.11.1. A central de atendimento deverá funcionar de segunda a sexta-feira, exceto em feriados, pelo menos das 08h às 18h, horário de Brasília-DF.

8.12. O serviço de garantia será prestado com vistas a manter a solução fornecida atualizada e em perfeitas condições de funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a ESMPU. Nesse sentido, a garantia deve englobar:

8.12.1. Atualizações de todos os componentes e ferramentas partes da solução que forem lançados durante o período da garantia;

8.12.2. A remoção de falhas apresentadas por qualquer componente da solução;

8.12.3. Solução de problemas e esclarecimento de dúvidas de configuração e de utilização de qualquer componente da solução;

8.12.4.. Os serviços deverão ocorrer de acordo com instruções a serem dadas pelo Núcleo de Patrimônio (NUPAT) ou por servidor designado para esse fim. A realização dos serviços previstos será acompanhada por profissional designado pelo NUPAT;

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por instituição pública ou privada que comprove ter prestado ou estar prestando satisfatoriamente os serviços de comercialização e instalação de solução de identificação por rádio frequência – RFID, composto por coletores portáteis, etiquetas inteligentes e os serviços especificados neste instrumento, compatíveis com o objeto;

9.2. A empresa deverá apresentar declaração de que possuirá durante a vigência do contrato, no quadro permanente de funcionários ou no quadro societário da empresa, técnico especializado na manutenção de equipamentos e na prestação dos serviços que compõem o objeto da contratação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

10.2. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e a prestação dos serviços no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinado o que for necessário à regularização de falhas e defeitos observados.

10.3. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;

10.4. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA.

10.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

10.6. Aplicar as sanções, conforme previsto no Edital, no Termo de Referência e no Termo de Contrato.

10.7. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, no período de expediente da CONTRATANTE, nos dias úteis, desde que devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas, sendo vedada, salvo se por autorização expressa da CONTRATANTE, o trânsito em áreas estranhas às suas atividades;

10.8. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Entregar os produtos e serviços na quantidade, prazos e qualidade cotada, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pelo CONTRATANTE em estrita conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência;

11.2. Responsabilizar-se pela instalação de todos os equipamentos e softwares adquiridos;

11.3. Substituir, as suas expensas, todo e qualquer material que estiver em desacordo com as especificações (e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento), após a notificação formal da CONTRATANTE;

11.4. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.

11.5. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

11.6. Manter a CONTRATANTE informada quanto a eventuais mudanças de endereço, telefone e demais meios de comunicação.

11.7. Não Transferir, sob nenhum pretexto, para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros, as responsabilidades assumidas com a CONTRATANTE.

11.8. Fornecer todos os itens novos, de primeiro uso, produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida, cuja procedência deverá ser facilmente aferida.

11.9. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de até 10 dias corridos contados da solicitação da CONTRATANTE;

11.11. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento, dos bens.

11.12. Apresentar seus empregados devidamente identificados com crachá, os quais deverão ser credenciados, junto ao setor competente da CONTRATANTE, antes de proceder à entrega/execução do objeto contratado.

11.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas e procedimentos de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;

11.14. Comunicar ao setor competente da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

11.15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender. Não sendo definido prazo para atendimento às solicitações, a CONTRATADA se obriga a atendê-las em até 5(cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação;

11.16. Assumir a responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE ou, ainda, a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

11.16.1. Nesse caso, a CONTRATADA assume a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano, ou ao ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento do(s) pagamento(s) devido(s) à CONTRATADA.

11.17. Assumir as providências e as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do objeto, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;

11.18. Ministrando treinamento que possibilite a operação, manuseio, gerenciamento, configuração e utilização da solução adquirida em sua versão mais recente e instalada nas dependências da

CONTRATANTE, em idioma português do Brasil;

11.18.1. O treinamento deverá ocorrer no período de segunda a sexta-feira (em dias úteis), entre 8h (oito horas) e 18h (dezoito horas), deverá ser ministrado por técnico certificado no sistema fornecido e ter carga horária, mínima, de 8(oito) horas;

11.18.2. O treinamento deverá ocorrer nas dependências da CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá informar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias de seu início, todos os requisitos necessários à realização do treinamento, como conectividade necessária aos laboratórios virtuais, produtos a serem instalados, dentre outros aspectos.

11.18.3. O treinamento envolverá conteúdo teórico e prático, abordando todas as funcionalidades dos equipamentos instalados;

11.19. Instalar e Configurar a solução de acordo com planejamento aprovado pela CONTRATANTE;

11.20. Integrar solução ao ambiente da ESMPU;

11.21. Entregar os sistemas e equipamentos objeto deste instrumento, totalmente instalados, configurados, conectados, interligados e 100% operacionais em todas as funcionalidades previstas.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

12.1.1 .Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; e

12.1.5. Cometer fraude fiscal.

12.1.6. Não mantiver a proposta.

12.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no item anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. Advertência por escrito: quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

12.2.2. Multa:

a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite 15 (quinze) dias úteis;

b) compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

c) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do item “b” acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

d) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.4. Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.3, 12.2.4 e 12.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com às de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2 a seguir:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor adjudicado
2	0,4% sobre o valor adjudicado
3	0,8% sobre o valor adjudicado
4	1,6% sobre o valor adjudicado
5	3,2% sobre o valor adjudicado

TABELA 2

INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Atrasar no atendimento às ordens de serviços, em prazo superior aos estipulados neste instrumento	5
2	Atrasar na execução dos serviços, em prazo superior aos estipulados neste instrumento, por ocorrência	5
3	Entregar o serviço mal executado, totalmente ou em parte, ou fornecimento de quaisquer materiais que não estejam de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente original e novo, assim considerado os de primeiro uso, conforme determinado, por ocorrência	2
4	Não substituir, no prazo estabelecido, o material eventualmente fora de especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento, por ocorrência	3
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	5
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia ;	1
7	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por ocorrência	4
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por ocorrência;	2
9	Deixar de atender às solicitações/chamados técnicos da contratante, por ocorrência	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2

11	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
12	Indicar e manter durante a execução do contrato o preposto previsto no edital/contrato;	1

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.9. Se o valor da multa não for depositado na conta do Tesouro Nacional, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar automaticamente da primeira parcela de crédito que a CONTRATADA vier a fazer jus, e se o valor for superior a esta, poderá ser abatido do valor da garantia de execução do contrato, se houver, ou cobrado judicialmente.

12.3. Em todos os casos de aplicação de multa pecuniária, o valor será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

13. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1. A proposta apresentada deverá conter o CNPJ da proponente, prazo de validade e ser endereçada a Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU;

13.2. Nos preços da proposta deverão estar inclusos todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas e fretes;

13.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será permitida subcontratação do objeto licitado.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O objeto da presente contratação será recebido das seguintes formas:

15.1.1. **Provisória:** mediante recibo, imediatamente após efetuada a entrega, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação.

15.1.2. **Definitiva:** mediante recibo, em até **15 (quinze) dias úteis** após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade dos equipamentos e serviços).

15.2. Os produtos entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los, a suas expensas, no prazo de **5 (cinco) dias** contados da data de recebimento da notificação.

15.2.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

15.3. Um representante da CONTRATADA poderá acompanhar a avaliação dos produtos/serviços, desde que se manifeste até o momento da entrega, sendo os testes efetuados na presença de testemunhas em caso de não comparecimento.

15.4. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido, e estará obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de **10 dias corridos** contados da solicitação da CONTRATANTE.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial,

para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil, contado do recebimento definitivo dos bens e serviços, por meio de ordem bancária creditada em conta corrente.

17.1.1. O pagamento referente ao fornecimento dos equipamentos será efetuado pela Administração, em parcela única, quando do recebimento definitivo dos produtos.

17.1.2. O pagamento referente aos serviços será efetuado pela Administração, em parcela única, após a efetiva execução/prestação e recebimento definitivo.

17.2. A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/fatura em nome da Escola Superior do Ministério Público da União, CNPJ nº 03.920.829/0001-09, e discriminar os percentuais e os valores dos tributos a que estiver obrigada a recolher em razão de norma legal.

17.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo setor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos bens e serviços efetivamente entregues e aceitos.

17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta, ou inadimplência contratual, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

17.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.6. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a comprovação da regular situação da CONTRATADA perante o INSS, o FGTS, a Fazenda Pública interessada, bem como regularidade trabalhista (CNDT atualizada).

17.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

17.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

17.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta

relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

17.12. Do montante devido à CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas e/ou indenizações impostas pela CONTRATANTE.

17.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,00016438$$

365

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. O Contrato terá vigência de 3 (três) meses contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

20. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

20.1. O Acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por representantes designados pela CONTRATANTE, de acordo com o Art. 67, da Lei nº 8.666/93.

20.2. Ao responsável pela fiscalização competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução e anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de penalidade, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer condições estabelecidas na contratação.

20.3. A CONTRATADA deverá indicar um preposto que representará a empresa, mantendo

permanente contato com a CONTRATANTE, dirimindo os problemas que venham surgir no andamento dos serviços.

20.4. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

20.5. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

21. DO SIGILO E DA INVIOABILIDADE

21.1 A CONTRATADA deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possa ter acesso, durante a realização dos serviços previstos neste instrumento;

21.2 Entre as medidas de segurança a serem tomadas no tocante à execução contratual, ao sigilo de todas as informações contratuais e à segurança dos documentos que compõem este instrumento, deve a CONTRATADA seguir as seguintes recomendações:

21.2.1. Credenciar, junto à CONTRATANTE, os profissionais designados para prestar serviços nas dependências da CONTRATANTE;

21.2.2. Fazer com que seus empregados mantenham sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem executados, inclusive com a assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme modelo do Anexo IV deste Termo de Referência;

21.2.3. Não permitir que dados ou informações da CONTRATANTE aos quais tenha acesso a CONTRATADA ou seus colaboradores sejam retirados das dependências da CONTRATANTE, não importando o veículo em que estes se encontrem, notadamente discos rígidos, discos óticos, memórias em estado sólido, documentos, mensagens eletrônicas e outros;

21.2.4. Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implantados no ambiente de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE;

21.2.5. Comunicar com antecedência mínima de 2 (dois) dias à CONTRATANTE qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CONTRATANTE, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.

22. DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1. Todos os tipos de materiais, equipamentos e acessórios necessários à interligação e alimentação dos equipamentos, devem ser fornecidos para o perfeito funcionamento da solução.

22.2. Obriga-se a CONTRATADA a fornecer todo e qualquer acessório mesmo que não previsto neste termo, mas que se faça necessário ao correto funcionamento da solução.

23. DO REGIME DE EXECUÇÃO

23.1. Na presente contratação será adotado o regime de execução indireta em empreitada por preço unitário, posto que os serviços têm preço certo e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato será o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Além disso, o contrato pode ser dividido em unidades autônomas independentes que compõem o objeto integral pretendido pela Administração.

24. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

24.1. A CONTRATADA deverá obedecer, quando aplicável, ao disposto no art. 5º, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

24.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer natureza, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.

24.2.1. A CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.

24.3. Os materiais utilizados na embalagem dos produtos ofertados deverão ter sua reciclabilidade efetiva no Brasil. (se houver)

ANEXO I DO TR ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

ITEM 01. COLETOR RFID PORTÁTIL COM ANDROID EMBARCADO

Possuir características de uso portátil;

Peso máximo de 1.000 gramas, incluindo a bateria e todos os demais acessórios necessários à operação do equipamento;

Teclado alfa numérico ou teclado virtual sensível ao toque (touchscreen). Caso possua teclado virtual a tela deverá ser no mínimo de 3,5";

Display colorido com resolução mínima QVGA de 320 x 240 pixels, sensível ao toque (touchscreen) e iluminado para locais de baixa iluminação;

Resistência térmica para operação em temperaturas compreendidas entre 0°C e 50°C, bem como em ambientes de umidade relativa do ar de, no mínimo, 0-95% (sem condensação);

Índice de selagem contra poeira e líquidos igual ou superior ao nível IP54, em concordância com o padrão IEC 60529, para proteção dos componentes eletrônicos, teclado e display;

Não será aceito o uso de adaptadores ou capas protetoras;

Resistência a múltiplas quedas em concreto de altura de mínima de 1,2 metros, em qualquer posição, com o equipamento em funcionamento.

O equipamento deverá atender aos seguintes requisitos de processamento e armazenamento de dados:

Deverá possuir Android 11.0 ou superior;

Processador Quad-Core de 1 GHz ou superior

Memória ROM, mínimo, de 2 GB;

Memória RAM, mínimo, de 2 GB;

Possuir interface para expansão de memória por meio de cartão de memória tipo SD card, miniSD ou microSD;

O coletor deverá possuir memória permanente que impeça a perda de dados por, pelo menos, 72 horas contínuas, inclusive em casos de esgotamento ou troca de bateria.

O equipamento deverá atender aos seguintes requisitos de leitura/captação de dados:

Suporte a tecnologia RFID, com capacidade de leitura de etiquetas (tags) no padrão EPC Class 1 Gen 2;

Operação na faixa de frequência ANATEL(BR) de 902 - 907 MHz e 915 - 928 MHz;

Alcance nominal de leitura de radiofrequência atingindo, no mínimo, distâncias entre 15 centímetros e 3 metros;

Possuir antena integrada ao corpo coletor (peça única), não sendo aceito peça removível ou adaptável;

Deverá vir acompanhado de câmera integrada(mínimo de 3MP) ou scanner integrado que permita associar imagem fotográfica aos dados coletados.

O equipamento deverá atender aos seguintes requisitos de conexão e comunicação:

Conectividade WLAN IEEE 802.11 b/g/n, com certificação de segurança WPA e WPA2, autenticação 802.1x e criptografia WEP (64 e 128 bits), AES e TKIP;

Conectividade Wireless, Bluetooth, USB ou superior;

O equipamento deverá possuir as seguintes características de alimentação elétrica:

Bateria de alta capacidade, íons de lítio, com autonomia mínima de 10 horas de trabalho contínuo;

Vir acompanhado de carregador de bateria bivolt 110/200 volts para a bateria;

Possuir capacidade de operação em modo *batch* (desconectado de redes de comunicação de dados);

O equipamento deverá possuir homologação na Anatel;

Ser capaz de registrar *logs* de operação de inventário e comunicação e transferência de dados;

Dar suporte a operação para configurações da aplicação e negócio incluindo exportação e eliminação de *logs*, incluindo envio via *syslog*;

Deverá vir acompanhado de todos os componentes de software que possibilitem a sua conexão com a rede wireless da CONTRATANTE

ITEM 02. LICENÇA PARA SOFTWARE DO COLETOR PORTÁTIL RFID UHF

A solução contratada deverá ser composta de software aplicativo fornecido através de licenças de uso permanente, de acordo com a quantidade de coletores de dados RFID fornecidos. As licenças deverão ser disponibilizadas pela CONTRATADA. O software aplicativo para operação nos coletores portáteis será utilizado para o registro de inventário e localização dos bens patrimoniais, e deverá atender aos seguintes requisitos:

Ser totalmente compatível com o sistema operacional nativo do coletor portátil com RFID, fornecido junto com a solução;

Permitir, de forma fácil, clara e intuitiva a localização de todos os bens detentores de Tags RFID presentes em uma determinada área de cobertura

Operar com banco de dados local;

Permitir a utilização do coletor portátil RFID com ou sem fio(wireless)

Compatível com banco de dados Oracle, versão 12c ou superior

Permitir a realização de levantamento por, pelo menos:

a) Imobilizado = número do imobilizado, definido automaticamente conforme Classe de Imobilizado escolhida;

b) Subnúmero = número associado ao imobilizado principal, que possibilita administrar separadamente adições posteriores ao imobilizado ou tratar bens abrangentes com imobilizados parciais (componentes);

c) Classe Imobilizado = na criação do imobilizado, define o intervalo de numeração e a Determinação de Contas;

d) Denominação (linha 1) = descrição do bem e descrição complementar capaz de caracterizar a sua dimensão (capacidade, potência, tamanho, etc.);

e) Denominação (linha 2) = fabricante/modelo/tipo (50 caracteres);

f) Texto nº princ.imob. = denominação do imobilizado principal quando “subnúmero”;

g) Determinação de Contas = codificação que determina a conta contábil do imobilizado e respectivas contas de depreciação e de ganhos e perdas por motivo de baixa;

h) N° Série = número de série do fabricante do equipamento;

i) Quantidade = deve ser definida de forma individualizada, exceto bens de massa (cabos, fios, placas, etc.);

j) UM = unidade de medida - “UN” para equipamentos ou “M” para cabos;

k) Localização;

l) Centro de Custo.

Permitir a realização de levantamento pelo menos nas seguintes finalidades:

a) Conciliação física de ativos (verificação in loco);

b) Levantamento para transferência;

c) Cadastro de novos ativos (entrada de bens);

d) Levantamento para extinção de ativos;

e) Levantamento para baixa patrimonial;

f) Levantamento para conciliação anual.

Permitir a realização de levantamento com abrangência total ou parcial;

Permitir exibir, no coletor, quando da leitura de um item durante o levantamento, pelo menos as seguintes informações:

a) A descrição do item: descrição do bem, com características como a sua dimensão (capacidade, potência, tamanho, etc.);

b) O complemento da descrição do item: fabricante/modelo/tipo ;

c) A foto associada ao item;

d) Localização atual do item;

e) O responsável atual do item;

f) N° Série = número de série do fabricante do equipamento;

g) Número de Patrimônio do item.

Permitir alterar, no coletor, quando da leitura de um item durante o levantamento, pelo menos as seguintes informações:

a) Situação física do bem inventariado (exemplo: bom, irrecuperável, etc.);

b) Indicação do uso do bem (exemplo: em uso, em desuso, etc.);

c) A foto do item.

Gravar data, horário e usuário inventariante do bem sendo inventariado, de acordo com a finalidade de levantamento escolhido previamente;

Exibir para visualização, no coletor, pelo menos os seguintes relatórios sintéticos:

- a) Itens encontrados;
- b) Itens não encontrados;
- c) Itens não previstos;
- d) Itens não cadastrados;
- e) Itens baixados do cadastro;
- f) Itens encontrados em mais de um levantamento em determinado período;
- g) Todos os relatórios deverão ser capazes de exibir, pelo menos, a descrição dos itens, o número de patrimônio e o número do último levantamento em que foram encontrados.

Ser capaz de exibir, no coletor, para itens não encontrados, relatório sintético com todos os levantamentos onde tais itens já foram encontrados em determinado período, indicando, inclusive, qual o último levantamento onde foi encontrado;

Permitir, no coletor, consulta a ativos, histórico de movimentações, bloqueios, baixas, manutenções e inventários;

Para itens não previstos, o coletor deve permitir realizar, no momento do inventário, a transferência do item não previsto para a carga do coletor ou responsável do levantamento atual;

Permitir a exclusão de arquivos de levantamento do coletor.

Verificar se as informações do levantamento já foram sincronizadas, dinamicamente ou em modo batch, com a base de dados do sistema utilizado pelo núcleo de patrimônio antes da exclusão.

O coletor de dados deverá vir acompanhado de browser que permita a navegação na Internet utilizando a conexão wireless da CONTRATANTE;

Os softwares instalados no coletor deverão permitir o ajuste na intensidade do sinal de rádio frequência;

Os softwares instalados no coletor deverão permitir a localização de etiqueta em relação ao dispositivo, por meio de sinais visuais e/ou sonoros emitidos pelo equipamento.

Todas as informações coletadas e/ou alteradas no coletor deverão estar disponíveis para sincronização dinâmica com os sistemas corporativos da CONTRATANTE quando a tecnologia *wi-fi* estiver disponível.

Quando a tecnologia *wi-fi* não estiver disponível, os dados deverão ser armazenados no coletor até que seja feita sincronização em modo *batch*. Neste último caso, o *software* deverá prover mecanismo de resolução de eventuais conflitos encontrados na base de dados do coletor com a base de dados do sistema de patrimônio.

ITEM 03. PLAQUETAS/ETIQUETAS/TAGS RFID PASSIVA METÁLICA PARA IDENTIFICAÇÃO PATRIMONIAL

Finalidade: Deverá ser aplicada em todos os itens, inclusive, eletrônicos e/ou constituído de muito metal, tais como: “geladeiras”, “eletrônicos”, “armários de metal”, “ar condicionado”, “equipamentos de Informática”, etc.

Características técnicas:

Frequência de funcionamento RFID UHF ANATEL(BR): de 902 - 907 MHz e 915 - 928 MHz;

Protocolo de comunicação EPC global Class 1, Gen 2 (ISO 18000-6C);

Chips memória de 96 bits ou superior, no qual deverá ser gravado um código único na memória EPC, para a identificação do material permanente. A codificação deverá ser nos moldes solicitados pela equipe do núcleo de patrimônio da CONTRATANTE, sendo o formato decimal, alinhado à direita e caracteres 'zeros' à esquerda;

Personalização gráfica: Apresentar na parte frontal da etiqueta ou Tag RFID, a identificação visual (logotipo) da ESMPU (impressa em preto e branco) mais o número sequencial impresso, de até 8(oito) dígitos. Será admitida falha de impressão de até 5% (cinco por cento) no sequenciamento, as quais deverão ser repostas ao final da entrega do total adquirido

Deverá ser aplicada resina transparente sobre a personalização gráfica das etiquetas;

A dimensão da Plaqueta ou Tag após a personalização gráfica deverá ser de : 50mm (comprimento) x 15mm (largura) , sendo admitido uma tolerância de 5mm (tanto para mais ou quanto para menos).

Ser regravável, de forma que seja possível apagar o conteúdo gravado na etiqueta e gravar um novo conteúdo por quantas vezes forem necessárias;

Após a personalização eletrônica, deverá apresentar distância mínima de leitura de 100cm, utilizando o coletor de dados ofertado nesta contratação.

Ser dotada na sua parte inferior de adesivo especial (etiqueta autoadesiva), que permita sua fixação direta e eficiente em superfícies de madeira, de metal, inox e etc;

ITEM 04. SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DA SOLUÇÃO CONTRATADA COM O SISTEMA EM OPERAÇÃO NA ESMPU

Caberá à CONTRATADA :

a) Sugerir a melhoria de processos e procedimentos, com base nas informações coletadas com a CONTRATANTE, quando necessário.

b) Analisar os sistemas legados existentes indicados para integração com a solução, com o objetivo de minimizar e/ou eliminar todo e qualquer retrabalho, envolvendo a troca de dados e de informações sistêmicas, relacionadas aos macroprocessos de gestão de patrimonial dos ativos imobilizados.

c) Levantar e implementar todos os requisitos necessários para a integração do Sistema de Informações para o Ensino(SIE), em uso na ESMPU com o sistema de gestão de inventários, movimentações e monitoramento de bens patrimoniais, objeto deste Termo de Referência.

d) Garantir o perfeito funcionamento dos serviços de integração, do envio de dados e o cumprimento de prazos definidos pela CONTRATANTE.

e) Realizar integração, caso a CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, adote um novo sistema para controle patrimonial dos bens;

f) Emitir relatório técnico ao final de implantação dos serviços de integração, descrevendo as atividades executadas;

Caberá à CONTRATANTE:

a) Apresentar um conjunto de dados básicos, de forma massificada para migração ou carga inicial de dados, a partir da importação de informações de bancos estruturados, de arquivos CSV e/ou de planilhas eletrônicas.

b) Identificar e apresentar as equipes e áreas que deverão fornecer as informações relativas aos dados básicos e estratégicos necessários à solução, bem como, a indicação de suas origens.

c) Dar conhecimento a CONTRATADA dos macroprocessos, dados e informações essenciais, bem como, dos sistemas legados relacionados à gestão e ao monitoramento dos bens patrimoniais.

d) Disponibilizar as informações e os dados básicos e estratégicos necessários, em formato CSV e/ou Planilha Eletrônica, se for o caso.

e) Definir a política de permissões de acesso para que a CONTRATADA faça a configuração inicial na solução.

f) Disponibilizar, no que for necessário, os ambientes de homologação e produção, além de toda a infraestrutura física e computacional requerida para o funcionamento da solução objeto deste Termo de Referência, com exceção dos equipamentos e hardwares (coletores RFID e Etiquetas RFID), descritos neste documento. Isto é:

Para a Carga inicial de dados, caberá à CONTRATADA:

1) Realizar a análise prévia dos dados a serem importados para a Solução, devendo para isso:

a) Avaliar e adequar o conjunto de dados fornecidos pela CONTRATANTE, aplicando os conceitos e as melhores práticas pacificadas.

b) Verificar a consistência dos dados;

c) Adequar os dados/tabelas à nova plataforma; e

d) Checar os dados antes da importação/carga dos dados.

2) Importar os dados analisados para o banco de dados da solução, devendo para isso:

a) Estando os dados analisados em formato eletrônico, executar as seguintes atividades, importar os dados existentes (legados) para o banco de dados da solução, objeto deste Termo de Referência;

b) Proceder à revisão e análise final da base de dados gerada com checagem pós-importação;

c) Realizar a homologação da base de dados já na nova estrutura; e

d) Não havendo nas instalações da CONTRATANTE, dados correspondentes aos bens patrimoniais em formato eletrônico, a CONTRATADA deverá orientar e apoiar a equipe da CONTRATANTE no processo de cadastramento manual das informações necessárias.

3) Proceder ao cadastramento do organograma/estrutura organizacional da CONTRATANTE, endereços físicos, centros de custos, lotação, responsáveis, dentre outras informações, conforme necessidade específica de cada um dos módulos da solução.

4) Configurar a política de permissões de acesso e de uso da solução, de acordo com a definição e orientação da CONTRATANTE.

5) Emitir relatório técnico ao final de implantação dos serviços de integração e carga inicial dos dados, descrevendo as atividades executadas.

ITEM 05. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS MÓDULOS WEB E MOBILE DE GESTÃO DE INVENTÁRIOS, MOVIMENTAÇÕES E MONITORAMENTO DE BENS PATRIMONIAIS POR RFID

A CONTRATADA deverá:

1) Instalar as licenças dos softwares/módulos que compõem a solução, considerando o seguinte:

a) Proceder a instalação nos ambientes disponibilizados (homologação e produção), com supervisão técnica da equipe da CONTRATANTE;

b) Utilizar para instalação os roteiros e scripts de instalação próprios, com o apoio e supervisão da CONTRATANTE;

c) Fornecer/entregar todas as licenças dos softwares/módulos acompanhados de todas as informações necessárias para instalação e configuração, tais como: manuais, número e/ou certificado da licença, registro e/ou chave quando houver, procedimentos de instalação, assim como eventuais acessórios que as acompanhem ou que sejam requeridos para o seu funcionamento.

d) Garantir que as mídias dos softwares a serem entregues a CONTRATANTE, estejam livres de defeitos e de vírus de computador, obrigando-se a substituir a(s) mídia(s) que porventura seja(m) consideradas pela CONTRATANTE como “defeituosa(s)”.

e) Substituir a(s) mídia(s) no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos e contados a partir da comunicação oficial da CONTRATANTE.

f) Após a instalação começará a fase de definição dos usuários e com isso serão criados, configurados e atribuídos os perfis de acesso para os usuários da solução, além da configuração e cadastramento das principais tabelas corporativas, quando couber.

g) Emitir relatório técnico após a conclusão do serviço de instalação para cada um dos módulos da solução, especificados neste Termo de Referência. O relatório deverá descrever as atividades executadas.

ITEM 06. SERVIÇO DE SANEAMENTO, INVENTÁRIO E FIXAÇÃO DAS ETIQUETAS/TAGS RFID(TAGUEAMENTO)

Este serviço consiste, efetivamente, em procedimentos de saneamento dos dados patrimoniais, com realização do inventário físico dos bens da CONTRATANTE e a realização de tagueamento de todos os equipamentos;

Durante a execução dos trabalhos deverá ser feito o inventário físico dos bens patrimoniais existentes a partir de relação de bens de acordo com a base de dados gerado no levantamento contábil e informações adicionais;

A CONTRATANTE deverá viabilizar às equipes de inventariantes o acesso às dependências da ESMPU e designar um servidor para apoio no inventário das áreas, as quais deverão percorrer os locais definidos para o inventário dos bens, sendo a verificação física de todos os itens atualizada automaticamente juntamente com a base de dados no sistema de gestão patrimonial da CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá fixar as etiquetas fornecidas em todos os equipamentos, mobiliários ou acessórios que necessitem ser controlados pela CONTRATANTE;

A CONTRATANTE fornecerá lista com localização e a quantidade estimada de itens a serem tagueados por local;

A CONTRATADA deverá analisar, determinar, testar e validar o posicionamento de fixação das etiquetas RFID, de maneira que facilite a leitura e, ao mesmo tempo, não interfira na instalação e funcionamento dos equipamentos.

Cabe a CONTRATADA proceder à personalização eletrônica, gravando os números de controle nos microchips (memória EPC) das Tags, conforme os requisitos e especificações constantes nos itens Tag RFID metal e Tag RFID não-metal deste termo de referência, registrando, ainda, fotos do bem localizado;

Havendo divergência entre a lista fornecida e os equipamentos encontrados, fica a CONTRATADA responsável por registrar os equipamentos faltantes ou excessivos e tagueá-los, fornecendo o inventário final à CONTRATANTE;

Ao final do processo, finalizado o serviço de tagueamento em campo, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE o inventário completo dos equipamentos tagueados, realizado com os coletores de RFID portáteis fornecidos, carregando tais informações nos sistemas da CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá elaborar um “**Manual de Tagueamento de Equipamentos**”, documento que conterá uma explicação e imagens ilustrando a maneira e posição correta de fixação das etiquetas RFID em cada equipamento a ser controlado;

Caberá a CONTRATADA fornecer todas as ferramentas e utensílios para a completa e adequada realização dos trabalhos, bem como arcar com todas as despesas necessárias para a completa realização da atividade;

ITEM 07. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS COLETORES PORTÁTEIS

Para a instalação e a configuração dos equipamentos, a CONTRATADA deverá executar os seguintes serviços:

Configuração dos coletores RFID portáteis ;

Configuração das funcionalidades dos coletores RFID portáteis;

Instalação e configuração do software dos coletores RFID portáteis;

Integração dos coletores RFID portáteis com os sistemas;

ITEM 08. SERVIÇO DE TREINAMENTO DE PESSOAL

O Treinamento visa a capacitar os servidores indicados pela CONTRATANTE a utilizarem com

precisão os equipamentos e softwares integrantes da solução adquirida. A abordagem deverá ser eminentemente prática, de forma a capacitar os participantes a empregar os recursos oferecidos pela solução.

O treinamento deverá ser ministrado por instrutor certificado pelo fabricante.

Caberá à CONTRATADA:

1) Realizar treinamento presencial para os servidores e colaboradores designados pela CONTRATANTE, com perfil funcional, conhecimentos e habilidades para atuarem como multiplicadores de usuários da solução contratada.

2) O conteúdo programático do treinamento deverá ser preparado pela CONTRATADA com base no processo de gestão de bens patrimoniais e nas funcionalidades dos softwares aplicativos da solução e deve estar focado nos seguintes aspectos:

a) Treinar servidores e colaboradores para a execução das políticas, diretrizes e normas voltadas à administração e organização de bens patrimoniais da CONTRATANTE, transmitindo os conhecimentos básicos necessários para o uso adequado das funcionalidades dos módulos WEB e MOBILE dos softwares aplicativos objeto desta contratação; e

b) Treinar servidores e colaboradores, com perfil técnico adequado, para atuarem como usuários administradores habilitados para parametrizar e configurar os perfis de acesso, instalar e reinstalar os softwares, configurar os parâmetros de segurança para a adequada operação dos usuários.

3) Realizar o treinamento presencial nas instalações da CONTRATANTE, para até 12(doze) participantes, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, distribuídas no mínimo em 2(dois) dias, no período compreendido entre as 8 e 18 horas, de segunda a sexta-feira..

4) Responsabilizar-se por:

a) Preparação de material didático;

b) Configuração do ambiente de treinamento;

c) Realização de carga de dados, se necessário;

d) Disponibilização de instrutores capacitados;

e) Aplicação de pesquisa de satisfação;

f) Fornecimento de certificado e de material didático em mídia eletrônica, em formatos padrão de mercado (PDF ou DOC) e em idioma Português do Brasil.

5) Arcar com as despesas decorrentes da capacitação, tais como: alocação de instrutores, confecção do material didático e de certificados para os participantes.

6) Apresentar relatório de acompanhamento do treinamento realizado e a lista de presença devidamente assinada.

Ficará à cargo da CONTRATANTE :

1) Disponibilizar a infraestrutura necessária que deverá conter os seguintes recursos:

- a) Espaço físico adequado e com capacidade para acomodar os participantes;
- b) Microcomputadores ligados em rede e com acesso aos softwares/módulos objetos do treinamento, em número suficiente para atender aos participantes, sendo um equipamento por participante e um para o instrutor;
- c) Projetor multimídia; e
- d) Quadro e canetas-pincel.

**ANEXO II DO TR
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A Escola Superior do Ministério Público da União declara que o licitante (nome da empresa), CNPJ nº _____, através do seu Representante Legal, _____, RG _____ /UF, compareceu nessa unidade e verificou o objeto do Pregão nº _____ / _____, tomando conhecimento das características e condições do objeto a ser entregue.

Brasília, de _____ de 2022.

Assinatura do Representante da ESMPU

Declaro ter realizado a vistoria, para participação no certame licitatório, ocasião em que me foram prestadas todas as informações solicitadas, estando ciente das condições e características do objeto a ser entregue, conforme especificações constantes no Edital de Licitação.

Representante Legal da Empresa

**ANEXO III DO TR
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL**

A empresa: _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu Representante legal ou preposto, o Sr(a) _____, portador da identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos

trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Brasília, de de 2022.

(Nome Completo do Responsável ou preposto)

Assinatura

**ANEXO IV DO TR
TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO**

....., portador do documento de Identidade n.º, órgão expedidor, UF, CPF n.º, matrícula junto a empresa nº, CTPS nº, expedida em/...../....., declara ter pleno conhecimento de sua responsabilidade junto a Escola Superior do Ministério Público da União em adotar medidas de segurança adequadas no âmbito de suas atividades, especialmente no que diz respeito a obrigatoriedade de manter segredo sobre dados e informações de natureza sigilosa ou sensível, tratados no âmbito da ESMPU, bem como sobre todas as informações que, por força da sua função, venha a ser do seu conhecimento, conforme previsto em legislação vigente.

Compromete-se, ainda, a zelar pela proteção dos equipamentos, documentos, materiais, instalações físicas, processos e sistemas de informação sob sua responsabilidade ou os quais lhe foram disponibilizados para uso, fazendo-o em estrito interesse e razões do serviço da Escola Superior do Ministério Público da União.

E por estar de acordo com o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo-TCMS, assina este documento na presença de duas testemunhas, abaixo nomeadas e identificadas.

Brasília-DF, ____/____/2022.

Assinatura do Empregado Declarante

TESTEMUNHAS:

1. _____

(Assinatura)

Nome legível: _____

Identidade: _____

CPF: _____

2. _____

(Assinatura)

Nome legível: _____

Identidade: _____

CPF: _____

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS DE REFERÊNCIA

GRUPO ÚNICO					
Item	Descrição / Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Coletor portátil RFID com android embarcado	UN	02	R\$ 19.233,33	R\$ 38.466,66
2	Licenças para software do coletor portátil RFID UHF	UN	02	R\$ 24.266,67	R\$ 48.533,34
3	Plaquetas/Etiqueta passivas RFID UHF de patrimônio (50x15)mm, laminada para superfícies metálicas	UN	7000	R\$ 11,10	R\$ 77.700,00
4	Serviço de integração da solução contratada com o sistema de controle patrimonial da ESMPU, com carga inicial de dados	SV	01	R\$ 58.333,33	R\$ 58.333,33
5	Serviço de Instalação e configuração dos módulos WEB e MOBILE de gestão de inventários, movimentações e monitoramento de bens patrimoniais por RFID	SV	01	R\$ 33.300,00	R\$ 33.300,00
6	Serviço de Saneamento, inventário e fixação das etiquetas/tags RFID	SV	7000	R\$ 11,13	R\$ 77.910,00
7	Serviço de Instalação e configuração dos coletores portáteis	SV	01	R\$ 8.800,00	R\$ 8.800,00
8	Serviço de treinamento de pessoal(usuários da solução)	SV	01	R\$ 19.666,67	R\$ 19.666,67
VALOR TOTAL				R\$ 362.710,00	

ANEXO III
MODELO DE MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO

Nº ____/____ **QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO,** E A EMPRESA _____.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio da **ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – ESMPU**, inscrita no CNPJ sob o n. 03.920.829/0001-09 situada na Avenida L-2 Sul Quadra 603, Lote 22, nesta Capital, representada neste ato pelo(a) Secretário(a) de Administração, _____, _____ (nacionalidade), portador(a) da Carteira de Identidade n. _____ – _____ (órgão expedidor), e do CPF n. _____, residente e domiciliado (a) _____, **OU, em seus impedimentos e ausências,** pelo(a) Secretário(a) de Administração Substituto _____, _____ (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade n. _____ - _____ (órgão expedidor), e do CPF n. _____, residente e domiciliado (a) _____, no uso da competência que lhes foi atribuída nos termos da Portaria ESMPU nº 92, de 22 de junho de 2020, publicada no Boletim de Serviço de junho de 2020, do Estatuto da ESMPU, aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 95, de 20 de maio de 2020 e do Regimento Interno da ESMPU, aprovado pela Resolução CONAD nº 05, de 22 de junho de 2020, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE;**

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede _____ (endereço), que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, residente e domiciliado _____, portador da Carteira de Identidade n. _____ – _____ (órgão expedidor), inscrito no CPF/MF sob o n. _____, conforme _____ (documento apresentado, ex. contrato social, procuração), que confere ao qualificado poderes para representá-la na assinatura do contrato, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA.**

As partes acima identificadas têm entre si justo e avençado e por este instrumento celebram o presente contrato, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, do edital do Pregão Eletrônico nº ____/____ e dos autos do Processo ESMPU nº 0.01.000.1.001478/2022-89, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de solução destinada à gestão de inventário e localização patrimonial, incluindo o fornecimento de equipamentos, os serviços de integração com o sistema de gestão de patrimônio em operação na ESMPU, de inventário, de taguemento e de treinamento de pessoal, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato; às disposições do Edital do Pregão Eletrônico n. ____/____; às obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, datada de ____/____/____, e dirigidas à CONTRATANTE; ao Termo de Referência n. 374/2022; bem como aos demais documentos constantes do Processo ESMPU nº 0.01.000.1.001478/2022-89 que, independentemente de transcrição, passam a integrar e complementar este contrato naquilo que não o contrariem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

As especificações técnica dos equipamentos e dos serviços que compõem o objeto deste Contrato, estão detalhadas no Anexo I, deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fazem parte da presente especificação, as normas dos fabricantes, bem como as normas pertinentes ao objeto, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da ANATEL e os demais órgãos reguladores.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os equipamentos, materiais e serviços que compõem o sistema de controle patrimonial com identificação por rádio frequência - RFID estão especificados no quadro abaixo:

Item	Descrição / Especificação	Unid.	Quant.
1	Coletor portátil RFID com android embarcado	UN	02
2	Licenças para software do coletor portátil RFID UHF	UN	02
3	Plaquetas/Etiqueta passivas RFID UHF de patrimônio (50x15)mm, laminada para superfícies metálicas	UN	7000
4	Serviço de integração da solução contratada com o sistema de controle patrimonial da ESMPU, com carga inicial de dados	SV	01
5	Serviço de Instalação e configuração dos módulos WEB e MOBILE de gestão de inventários, movimentações e monitoramento de bens patrimoniais por RFID	SV	01
6	Serviço de Saneamento, inventário e fixação das etiquetas/tags RFID	SV	7000

7	Serviço de Instalação e configuração dos coletores portáteis	SV	01
8	Serviço de treinamento de pessoal(usuários da solução)	SV	01

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quanto ao Local, prazo de entrega e instalação:

- I. O prazo de entrega dos materiais e equipamentos é de até 30(trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento;
- II. A entrega dos materiais será realizada em período comercial, de segunda a sexta-feira, das 13h às 18h, agendado previamente no Núcleo de Patrimônio da ESMPU(NUPAT), no endereço SGAS 603, lote 22, telefone (61)- 3553-5486, e-mail: nupat@escola.mpu.mp.br;
- III. A CONTRATADA terá o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da entrega dos materiais e equipamentos para concluir todos os serviços contratados;
- IV. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 5(cinco) dias, cronograma detalhado com previsão da instalação dos equipamentos e do treinamento.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO

O objeto deste contrato será recebido das seguintes formas:

- I. Provisoriamente: mediante recibo, imediatamente após efetuada a entrega, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação.
- II. Definitivamente: mediante recibo, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade dos equipamentos e serviços).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los, a suas expensas, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento da notificação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Um representante da CONTRATADA poderá acompanhar a avaliação dos produtos/serviços, desde que se manifeste até o momento da entrega, sendo os testes efetuados na presença de testemunhas em caso de não comparecimento.

PARÁGRAFO QUARTO – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido, e estará obrigada a reparar, corrigir, remover ou

substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 dias corridos contados da solicitação da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO – As partes poderão celebrar acordo para supressão além do limite estabelecido no *caput* desta Cláusula, conforme estipulado no inciso II, do § 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratação dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e os materiais que serão empregados será na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DO OBJETO

A garantia do objeto do presente instrumento será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou igual ao fornecido pelo fabricante, o que for mais vantajoso para a CONTRATANTE, contados da data do recebimento definitivo, observando que:

- I. A área demandante da CONTRATANTE deverá exigir a entrega de certificado/termo de garantia devidamente preenchido, acompanhado do manual de instrução, de instalação e de uso dos produtos em linguagem didática;
- II. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar termo/certificado de garantia no ato da entrega do objeto, sob pena de não lhe ser fornecido sequer o recebimento provisório;
- III. Caberá à CONTRATADA prestar/possuir assistência técnica em Brasília/DF, por meios próprios ou por intermédio de empresa credenciada, a fim de manter o equipamento em perfeitas condições de uso, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;
- IV. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;
- V. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;
- VI. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e

desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;

VII. Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada, visto que:

- a. O início do atendimento dos chamados de assistência técnica deverá ocorrer em prazo não superior a 04(quatro) horas. Esse, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pela CONTRATANTE.
- b. O problema deverá ser resolvido em até 5 (cinco) dias úteis do momento da abertura do chamado técnico.

VIII. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA;

IX. GARANTIA *ON-SITE*: Será prestada garantia *on-site* para todos os equipamentos fornecidos;

X. A CONTRATADA deverá manter central de atendimento para abertura de chamados, a qual deverá ser acionada por meio de ligação gratuita ou ligação local em Brasília, podendo a empresa disponibilizar abertura de chamados pela Internet;

XI. A central de atendimento deverá funcionar de segunda a sexta-feira, exceto em feriados, pelo menos das 08h às 18h, horário de Brasília-DF;

XII. O serviço de garantia será prestado com vistas a manter a solução fornecida atualizada e em perfeitas condições de funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE. Nesse sentido, a garantia deve englobar:

1. Atualizações de todos os componentes e ferramentas partes da solução que forem lançados durante o período da garantia;
2. A remoção de falhas apresentadas por qualquer componente da solução;
3. Solução de problemas e esclarecimento de dúvidas de configuração e de utilização de qualquer componente da solução;
4. Os serviços deverão ocorrer de acordo com instruções a serem dadas pelo Núcleo de Patrimônio (NUPAT) ou por servidor designado para esse fim. A realização dos serviços previstos será acompanhada por profissional designado pelo NUPAT.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Por via deste instrumento contratual, a CONTRATANTE obriga-se a:

- I. designar servidor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e a prestação dos serviços no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinado o que for necessário à regularização de falhas e defeitos observados;
- II. efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o

cumprimento das formalidades legais;

- III. relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;
- IV. prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- V. emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;
- VI. comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- VII. receber e aprovar os serviços;
- VIII. assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, no período de expediente da CONTRATANTE, nos dias úteis, desde que devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas, sendo vedada, salvo se por autorização expressa da CONTRATANTE, o trânsito em áreas estranhas às suas atividades;
- IX. conferir e atestar as Notas Fiscais referentes aos serviços e o seu devido pagamento no prazo estipulado;
- X. aplicar sanções administrativas quando se fizerem necessárias, após o direito da ampla defesa e do contraditório.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Por via deste instrumento contratual, a CONTRATADA obriga-se a:

- I. entregar os produtos e serviços na quantidade, prazos e qualidade cotada, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pelo CONTRATANTE em estrita conformidade com as especificações constantes deste Contrato e do Termo de Referência;
- II. responsabilizar-se pela instalação de todos os equipamentos e softwares adquiridos.
- III. substituir, as suas expensas, todo e qualquer material que estiver em desacordo com as especificações (e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento), após a notificação formal da CONTRATANTE;
- IV. manter, durante todo o período da execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;
- V. arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;

- VI. manter a CONTRATANTE informada quanto a eventuais mudanças de endereço, telefone e demais meios de comunicação;
- VII. não transferir a outrem, sob nenhum pretexto, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas neste Contrato;
- VIII. fornecer todos os itens novos, de primeiro uso, produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida, cuja procedência deverá ser facilmente aferida;
- IX. comunicar à CONTRATANTE, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- X. reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, a execução de serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estipulado pela CONTRATANTE;
- XI. responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento, dos bens;
- XII. apresentar seus empregados devidamente identificados com crachá, os quais deverão ser credenciados, junto ao setor competente da CONTRATANTE, antes de proceder à entrega/execução do objeto contratado;
- XIII. responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas e procedimentos de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;
- XIV. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- XV. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XVI. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- XVII. comunicar ao setor competente da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- XVIII. prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender. Não sendo definido prazo para atendimento às solicitações, a CONTRATADA se obriga a atendê-las em até 5(cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação;
- XIX. assumir a responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE ou, ainda, a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;
 1. Nesse caso, a CONTRATADA assume a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano, ou ao ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento do(s)

pagamento(s) devido(s) à CONTRATADA.

- XX. assumir as providências e as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do objeto, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;
- XXI. ministrar treinamento que possibilite a operação, manuseio, gerenciamento, configuração e utilização da solução adquirida em sua versão mais recente e instalada nas dependências da CONTRATANTE, em idioma português do Brasil, observando que:
- a. o treinamento deverá ocorrer no período de segunda a sexta-feira (em dias úteis), entre 8h (oito horas) e 18h (dezoito horas), deverá ser ministrado por técnico certificado no sistema fornecido e ter carga horária, mínima, de 8(oito) horas;
 - b. o treinamento deverá ocorrer nas dependências da CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá informar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias de seu início, todos os requisitos necessários à realização do treinamento, como conectividade necessária aos laboratórios virtuais, produtos a serem instalados, dentre outros aspectos;
 - c. o treinamento envolverá conteúdo teórico e prático, abordando todas as funcionalidades dos equipamentos instalados;
 - d. a CONTRATADA deverá ceder de direitos autorais e autorização de uso de voz e imagem decorrentes do treinamento, inclusive direitos autorais patrimoniais, caso sejam produzidos materiais no âmbito da presente contratação, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XXII. instalar e Configurar a solução de acordo com planejamento aprovado pela CONTRATANTE;
- XXIII. integrar solução ao ambiente da ESMPU;
- XXIV. entregar os sistemas e equipamentos objeto deste instrumento, totalmente instalados, configurados, conectados, interligados e 100% operacionais em todas as funcionalidades previstas;
- XXV. disponibilizar endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- XXVI. não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.
- XXVII. não caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira.
- XXVIII. não ter no seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação na ESMPU, sob pena de rescisão contratual, conforme Resolução CNMP nº 37/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste contrato correrão à conta da Categoria Econômica _____, do Programa/Atividade _____, constante do Orçamento Geral da União para este fim.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para cobertura das despesas foi emitida a Nota de Empenho nº _____, de xx/xx/xxxx, no valor de R\$ xxxxxxxx (_____).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PREÇO

O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxx (_____), conforme valores unitários abaixo.

Item	Descrição / Especificação	Un	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Coletor portátil RFID com android embarcado	UN	02		
2	Licenças para software do coletor portátil RFID UHF	UN	02		
3	Plaquetas/Etiqueta passivas RFID UHF de patrimônio (50x15)mm, laminada para superfícies metálicas	UN	7000		
4	Serviço de integração da solução contratada com o sistema de controle patrimonial da ESMPU, com carga inicial de dados	SV	01		
	Serviço de Instalação e configuração dos módulos WEB e				

5	MOBILE de gestão de inventários, movimentações e monitoramento de bens patrimoniais por RFID	SV	01		
6	Serviço de Saneamento, inventário e fixação das etiquetas/tags RFID	SV	7000		
7	Serviço de Instalação e configuração dos coletores portáteis	SV	01		
8	Serviço de treinamento de pessoal(usuários da solução)	SV	01		
VALOR TOTAL					

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil, contado do recebimento definitivo dos bens e serviços, por meio de ordem bancária creditada em conta corrente, observando que:

- I. O pagamento referente ao fornecimento dos equipamentos será efetuado pela CONTRATADA, em parcela única, quando do recebimento definitivo dos produtos;
- II. O pagamento referente aos serviços será efetuado pela CONTRATADA, em parcela única, após a efetiva execução/prestação e recebimento definitivo;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que a CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/fatura em nome da Escola Superior do Ministério Público da União, CNPJ nº 03.920.829/0001-09, e discriminar os percentuais e os valores dos tributos a que estiver obrigada a recolher em razão de norma legal.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo setor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura

apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

PARÁGRAFO QUARTO – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta, ou inadimplência contratual, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO - Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a comprovação da regular situação da CONTRATADA perante o INSS, FGTS, Receita Federal (dívida ativa da união e tributos federais), Estadual ou Distrital e Municipal do seu domicílio ou sede, bem como regularidade trabalhista (CNDT atualizada).

PARÁGRAFO SÉTIMO – Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO OITAVO – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

PARÁGRAFO NONO – Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Do montante devido à CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas e/ou indenizações impostas pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = $(6/100)/365 \rightarrow I = 0,00016438$

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO QUARTO - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SEXTO – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- I. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- II. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III. falhar ou fraudar na execução do contrato;

- IV. comportar-se de modo inidôneo;
- V. cometer fraude fiscal;
- VI. não manter a proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- II. Multa:
 - a. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite 15 (quinze) dias úteis;
 - b. compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - c. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual na alínea “b” acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - d. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor adjudicado, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
 - e. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- III. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até dois anos.
- IV. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do Parágrafo Primeiro desta Cláusula poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA

1	0,2% ao dia sobre o valor adjudicado
2	0,4% ao dia sobre o valor adjudicado
3	0,8% ao dia sobre o valor adjudicado
4	1,6% ao dia sobre o valor adjudicado
5	3,2% ao dia sobre o valor adjudicado

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Atrasar no atendimento às ordens de serviços, em prazo superior aos estipulados neste instrumento;	05
2	Atrasar na execução dos serviços, em prazo superior aos estipulados neste instrumento, por ocorrência;	05
3	Entregar o serviço mal executado, totalmente ou em parte, ou fornecimento de quaisquer materiais que não estejam de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente original e novo, assim considerado os de primeiro uso, conforme determinado, por ocorrência;	02
4	Não substituir, no prazo estabelecido, o material eventualmente fora de especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento, por ocorrência;	03

5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia ;	01
7	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por ocorrência;	04
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por ocorrência;	02
9	Deixar de atender às solicitações/chamados técnicos da contratante, por ocorrência;	03
Para os itens a seguir, deixar de;		
10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
11	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
12	Indicar e manter durante a execução do contrato o preposto previsto no edital/contrato;	01

PARÁGRAFO QUARTO – Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos

ilícitos praticados.

PARÁGRAFO QUINTO – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

PARÁGRAFO SEXTO – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

PARÁGRAFO OITAVO – Se o valor da multa não for depositado na conta do Tesouro Nacional, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar automaticamente da primeira parcela de crédito que a CONTRATADA vier a fazer jus, e se o valor for superior a esta, poderá ser abatido do valor da garantia de execução do contrato, se houver, ou cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO NONO – Em todos os casos de aplicação de multa pecuniária, o valor será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da decisão de aplicação de uma ou mais penalidades previstas na cláusula anterior, caberá recurso administrativo, na forma prevista do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União pelo prazo de até cinco anos, referidas na Cláusula anterior, caberá recurso dirigido ao Diretor-Geral da ESMPU, por intermédio do Secretário de Administração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Secretário de Administração poderá, respeitado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou, no mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, para apreciação e decisão do Diretor-Geral.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de aplicação das penalidades previstas no artigo 87, IV, da Lei 8666/93, caberá pedido de reconsideração dirigido ao Diretor-Geral da ESMPU, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

Este contrato poderá ser rescindido, por sua inexecução total ou parcial, nas hipóteses e nas formas previstas nos arts. 78 e 79 da Lei n. 8.666/1993, desde que os motivos sejam formalmente fundamentados nos autos do processo e possibilite-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Poderá o presente contrato ser rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, consoante o disposto no inc. II do art. 79 da Lei n. 8666/93, sem prejuízo do estabelecido no parágrafo segundo do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por representantes designados pela CONTRATANTE, de acordo com o Art. 67, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ao responsável pela fiscalização competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução e anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de penalidade, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer condições estabelecidas na contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá indicar um preposto que representará a empresa, mantendo permanente contato com a CONTRATANTE, dirimindo os problemas que venham surgir no andamento dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

PARÁGRAFO QUARTO – Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

PARÁGRAFO QUINTO – O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO SEXTO – O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 3 (três) meses contados da data da última assinatura eletrônica neste instrumento, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A prorrogação contratual deverá observar os seguintes requisitos:

- I. os serviços tenham sido prestados regularmente;

- II. esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- III. seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- IV. seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- V. seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- VI. haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- VII. seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO SIGILO E DA INVIOABILIDADE

A CONTRATADA deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possa ter acesso, durante a realização dos serviços previstos neste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Entre as medidas de segurança a serem tomadas no tocante à execução contratual, ao sigilo de todas as informações contratuais e à segurança dos documentos que compõem este instrumento, deve a CONTRATADA seguir as seguintes recomendações:

- I. Credenciar, junto à CONTRATANTE, os profissionais designados para prestar serviços nas dependências da CONTRATANTE;
- II. Fazer com que seus empregados mantenham sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem executados, inclusive com a assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme modelo do Anexo II deste Contrato;
- III. Não permitir que dados ou informações da CONTRATANTE aos quais tenha acesso a CONTRATADA ou seus colaboradores sejam retirados das dependências da CONTRATANTE, não importando o veículo em que estes se encontrem, notadamente discos rígidos, discos óticos, memórias em estado sólido, documentos, mensagens eletrônicas e outros;
- IV. Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implantados no ambiente de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE;
- V. Comunicar com antecedência mínima de 2 (dois) dias à CONTRATANTE qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CONTRATANTE, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Todos os tipos de materiais, equipamentos e acessórios necessários à interligação e alimentação dos equipamentos, devem ser fornecidos para o perfeito funcionamento da solução.

PARÁGRAFO ÚNICO – Obriga-se a CONTRATADA a fornecer todo e qualquer acessório mesmo que não previsto neste instrumento ou no Termo de Referência, mas que se faça necessário ao correto funcionamento da solução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do con

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA deverá obedecer, quando aplicável, ao disposto no art. 5º, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer natureza, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os materiais utilizados na embalagem dos produtos ofertados deverão ter sua reciclabilidade efetiva no Brasil (se houver).

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE publicará, à sua conta e no prazo estipulado no artigo 20 do Decreto nº 3.555/2000, extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA VALIDADE

Este contrato foi devidamente analisado pela assessoria jurídica competente, com parecer favorável, atendendo ao disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem as Leis nº 10.520,

de 17 de julho de 2002, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993; nos Decretos nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, e nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; e demais normas atinentes à matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes, de comum acordo, elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir as dúvidas originárias da execução dos serviços objeto deste instrumento contratual, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém.

ANEXO I DO CONTRATO ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

ITEM 01. COLETOR RFID PORTÁTIL COM ANDROID EMBARCADO

Possuir características de uso portátil;

Peso máximo de 1.000 gramas, incluindo a bateria e todos os demais acessórios necessários à operação do equipamento;

Teclado alfa numérico ou teclado virtual sensível ao toque (touchscreen). Caso possua teclado virtual a tela deverá ser no mínimo de 3,5";

Display colorido com resolução mínima QVGA de 320 x 240 pixels, sensível ao toque (touchscreen) e iluminado para locais de baixa iluminação;

Resistência térmica para operação em temperaturas compreendidas entre 0°C e 50°C, bem como em ambientes de umidade relativa do ar de, no mínimo, 0-95% (sem condensação);

Índice de selagem contra poeira e líquidos igual ou superior ao nível IP54, em concordância com o padrão IEC 60529, para proteção dos componentes eletrônicos, teclado e display;

Não será aceito o uso de adaptadores ou capas protetoras;

Resistência a múltiplas quedas em concreto de altura de mínima de 1,2 metros, em qualquer posição, com o equipamento em funcionamento.

O equipamento deverá atender aos seguintes requisitos de processamento e armazenamento de dados:

Deverá possuir Android 11.0 ou superior;

Processador Quad-Core de 1 GHz ou superior

Memória ROM, mínimo, de 2 GB;

Memória RAM, mínimo, de 2 GB;

Possuir interface para expansão de memória por meio de cartão de memória tipo SD card, miniSD ou microSD;

O coletor deverá possuir memória permanente que impeça a perda de dados por, pelo menos, 72 horas contínuas, inclusive em casos de esgotamento ou troca de bateria.

O equipamento deverá atender aos seguintes requisitos de leitura/captação de dados:

Suporte a tecnologia RFID, com capacidade de leitura de etiquetas (tags) no padrão EPC Class 1 Gen 2;

Operação na faixa de frequência ANATEL(BR) de 902 - 907 MHz e 915 - 928 MHz;

Alcance nominal de leitura de radiofrequência atingindo, no mínimo, distâncias entre 15 centímetros e 3 metros;

Possuir antena integrada ao corpo coletor (peça única), não sendo aceito peça removível ou adaptável;

Deverá vir acompanhado de câmera integrada(mínimo de 3MP) ou scanner integrado que permita associar imagem fotográfica aos dados coletados.

O equipamento deverá atender aos seguintes requisitos de conexão e comunicação:

Conectividade WLAN IEEE 802.11 b/g/n, com certificação de segurança WPA e WPA2, autenticação 802.1x e criptografia WEP (64 e 128 bits), AES e TKIP;

Conectividade Wireless, Bluetooth, USB ou superior;

O equipamento deverá possuir as seguintes características de alimentação elétrica:

Bateria de alta capacidade, íons de lítio, com autonomia mínima de 10 horas de trabalho contínuo;

Vir acompanhado de carregador de bateria bivolt 110/200 volts para a bateria;

Possuir capacidade de operação em modo *batch* (desconectado de redes de comunicação de dados);

O equipamento deverá possuir homologação na Anatel;

Ser capaz de registrar *logs* de operação de inventário e comunicação e transferência de dados;

Dar suporte a operação para configurações da aplicação e negócio incluindo exportação e eliminação de *logs*, incluindo envio via *syslog*;

Deverá vir acompanhado de todos os componentes de software que possibilitem a sua conexão com a rede wireless da CONTRATANTE.

ITEM 02. LICENÇA PARA SOFTWARE DO COLETOR PORTÁTIL RFID UHF

A solução contratada deverá ser composta de software aplicativo fornecido através de licenças de uso permanente, de acordo com a quantidade de coletores de dados RFID fornecidos. As licenças deverão ser disponibilizadas pela CONTRATADA. O software aplicativo para operação nos coletores portáteis será utilizado para o registro de inventário e localização dos bens patrimoniais, e deverá atender aos seguintes requisitos:

Ser totalmente compatível com o sistema operacional nativo do coletor portátil com RFID, fornecido junto com a solução;

Permitir, de forma fácil, clara e intuitiva a localização de todos os bens detentores de Tags RFID presentes em uma determinada área de cobertura

Operar com banco de dados local;

Permitir a utilização do coletor portátil RFID com ou sem fio(wireless)

Compatível com banco de dados Oracle, versão 12c ou superior

Permitir a realização de levantamento por, pelo menos:

a) Imobilizado = número do imobilizado, definido automaticamente conforme Classe de Imobilizado escolhida;

b) Subnúmero = número associado ao imobilizado principal, que possibilita administrar separadamente adições posteriores ao imobilizado ou tratar bens abrangentes com imobilizados parciais (componentes);

c) Classe Imobilizado = na criação do imobilizado, define o intervalo de numeração e a Determinação de Contas;

d) Denominação (linha 1) = descrição do bem e descrição complementar capaz de caracterizar a sua dimensão (capacidade, potência, tamanho, etc.);

e) Denominação (linha 2) = fabricante/modelo/tipo (50 caracteres);

f) Texto nº princ.imob. = denominação do imobilizado principal quando “subnúmero”;

g) Determinação de Contas = codificação que determina a conta contábil do imobilizado e respectivas contas de depreciação e de ganhos e perdas por motivo de baixa;

h) Nº Série = número de série do fabricante do equipamento;

i) Quantidade = deve ser definida de forma individualizada, exceto bens de massa (cabos, fios, placas, etc.);

j) UM = unidade de medida - “UN” para equipamentos ou “M” para cabos;

k) Localização;

l) Centro de Custo.

Permitir a realização de levantamento pelo menos nas seguintes finalidades:

a) Conciliação física de ativos (verificação in loco);

b) Levantamento para transferência;

c) Cadastro de novos ativos (entrada de bens);

- d) Levantamento para extinção de ativos;
- e) Levantamento para baixa patrimonial;
- f) Levantamento para conciliação anual.

Permitir a realização de levantamento com abrangência total ou parcial;

Permitir exibir, no coletor, quando da leitura de um item durante o levantamento, pelo menos as seguintes informações:

- a) A descrição do item: descrição do bem, com características como a sua dimensão (capacidade, potência, tamanho, etc.);
- b) O complemento da descrição do item: fabricante/modelo/tipo ;
- c) A foto associada ao item;
- d) Localização atual do item;
- e) O responsável atual do item;
- f) N° Série = número de série do fabricante do equipamento;
- g) Número de Patrimônio do item.

Permitir alterar, no coletor, quando da leitura de um item durante o levantamento, pelo menos as seguintes informações:

- a) Situação física do bem inventariado (exemplo: bom, irrecuperável, etc.);
- b) Indicação do uso do bem (exemplo: em uso, em desuso, etc.);
- c) A foto do item.

Gravar data, horário e usuário inventariante do bem sendo inventariado, de acordo com a finalidade de levantamento escolhido previamente;

Exibir para visualização, no coletor, pelo menos os seguintes relatórios sintéticos:

- a) Itens encontrados;
- b) Itens não encontrados;
- c) Itens não previstos;
- d) Itens não cadastrados;
- e) Itens baixados do cadastro;
- f) Itens encontrados em mais de um levantamento em determinado período;

g) Todos os relatórios deverão ser capazes de exibir, pelo menos, a descrição dos itens, o número de patrimônio e o número do último levantamento em que foram encontrados.

Ser capaz de exibir, no coletor, para itens não encontrados, relatório sintético com todos os levantamentos onde tais itens já foram encontrados em determinado período, indicando, inclusive, qual o último levantamento onde foi encontrado;

Permitir, no coletor, consulta a ativos, histórico de movimentações, bloqueios, baixas, manutenções e inventários;

Para itens não previstos, o coletor deve permitir realizar, no momento do inventário, a transferência do item não previsto para a carga do coletor ou responsável do levantamento atual;

Permitir a exclusão de arquivos de levantamento do coletor.

Verificar se as informações do levantamento já foram sincronizadas, dinamicamente ou em modo batch, com a base de dados do sistema utilizado pelo núcleo de patrimônio antes da exclusão.

O coletor de dados deverá vir acompanhado de browser que permita a navegação na Internet utilizando a conexão wireless da CONTRATANTE;

Os softwares instalados no coletor deverão permitir o ajuste na intensidade do sinal de rádio frequência;

Os softwares instalados no coletor deverão permitir a localização de etiqueta em relação ao dispositivo, por meio de sinais visuais e/ou sonoros emitidos pelo equipamento.

Todas as informações coletadas e/ou alteradas no coletor deverão estar disponíveis para sincronização dinâmica com os sistemas corporativos da CONTRATANTE quando a tecnologia *wi-fi* estiver disponível.

Quando a tecnologia *wi-fi* não estiver disponível, os dados deverão ser armazenados no coletor até que seja feita sincronização em modo *batch*. Neste último caso, o *software* deverá prover mecanismo de resolução de eventuais conflitos encontrados na base de dados do coletor com a base de dados do sistema de patrimônio.

ITEM 03. PLAQUETAS/ETIQUETAS/TAGS RFID PASSIVA METÁLICA PARA IDENTIFICAÇÃO PATRIMONIAL

Finalidade: Deverá ser aplicada em todos os itens, inclusive, eletrônicos e/ou constituído de muito metal, tais como: “geladeiras”, “eletrônicos”, “armários de metal”, “ar condicionado”, “equipamentos de Informática”, etc.

Características técnicas:

Frequência de funcionamento RFID UHF ANATEL(BR): de 902 - 907 MHz e 915 - 928 MHz;

Protocolo de comunicação EPC global Class 1, Gen 2 (ISO 18000-6C);

Chips memória de 96 bits ou superior, no qual deverá ser gravado um código único na memória EPC, para a identificação do material permanente. A codificação deverá ser nos moldes solicitados pela equipe do núcleo de patrimônio da CONTRATANTE, sendo o formato decimal, alinhado à direita e caracteres 'zeros' à esquerda;

Personalização gráfica: Apresentar na parte frontal da etiqueta ou Tag RFID, a identificação visual (logotipo) da ESMPU(impressa em preto e branco) mais o número sequencial impresso, de até 8(oito)

dígitos. Será admitida falha de impressão de até 5% (cinco por cento) no sequenciamento, as quais deverão ser repostas ao final da entrega do total adquirido

Deverá ser aplicada resina transparente sobre a personalização gráfica das etiquetas;

A dimensão da Plaqueta ou Tag após a personalização gráfica deverá ser de : 50mm (comprimento) x 15mm (largura) , sendo admitido uma tolerância de 5mm (tanto para mais ou quanto para menos).

Ser regravável, de forma que seja possível apagar o conteúdo gravado na etiqueta e gravar um novo conteúdo por quantas vezes forem necessárias;

Após a personalização eletrônica, deverá apresentar distância mínima de leitura de 100cm, utilizando o coletor de dados ofertado nesta contratação.

Ser dotada na sua parte inferior de adesivo especial (etiqueta autoadesiva), que permita sua fixação direta e eficiente em superfícies de madeira, de metal, inox e etc;

ITEM 04. SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DA SOLUÇÃO CONTRATADA COM O SISTEMA EM OPERAÇÃO NA ESMPU

Caberá à CONTRATADA :

a) Sugerir a melhoria de processos e procedimentos, com base nas informações coletadas com a CONTRATANTE, quando necessário.

b) Analisar os sistemas legados existentes indicados para integração com a solução, com o objetivo de minimizar e/ou eliminar todo e qualquer retrabalho, envolvendo a troca de dados e de informações sistêmicas, relacionadas aos macroprocessos de gestão de patrimonial dos ativos imobilizados.

c) Levantar e implementar todos os requisitos necessários para a integração do Sistema de Informações para o Ensino(SIE), em uso na ESMPU com o sistema de gestão de inventários, movimentações e monitoramento de bens patrimoniais, objeto do Termo de Referência.

d) Garantir o perfeito funcionamento dos serviços de integração, do envio de dados e o cumprimento de prazos definidos pela CONTRATANTE.

e) Realizar integração, caso a CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, adote um novo sistema para controle patrimonial dos bens;

f) Emitir relatório técnico ao final de implantação dos serviços de integração, descrevendo as atividades executadas;

Caberá à CONTRATANTE:

a) Apresentar um conjunto de dados básicos, de forma massificada para migração ou carga inicial de dados, a partir da importação de informações de bancos estruturados, de arquivos CSV e/ou de planilhas eletrônicas.

b) Identificar e apresentar as equipes e áreas que deverão fornecer as informações relativas aos dados básicos e estratégicos necessários à solução, bem como, a indicação de suas origens.

c) Dar conhecimento a CONTRATADA dos macroprocessos, dados e informações essenciais, bem como, dos sistemas legados relacionados à gestão e ao monitoramento dos bens patrimoniais.

d) Disponibilizar as informações e os dados básicos e estratégicos necessários, em formato CSV e/ou Planilha Eletrônica, se for o caso.

e) Definir a política de permissões de acesso para que a CONTRATADA faça a configuração inicial na solução.

f) Disponibilizar, no que for necessário, os ambientes de homologação e produção, além de toda a infraestrutura física e computacional requerida para o funcionamento da solução objeto do Termo de Referência, com exceção dos equipamentos e hardwares (coletores RFID e Etiquetas RFID), descritos neste documento. Isto é:

Para a Carga inicial de dados, caberá à CONTRATADA:

1) Realizar a análise prévia dos dados a serem importados para a Solução, devendo para isso:

a) Avaliar e adequar o conjunto de dados fornecidos pela CONTRATANTE, aplicando os conceitos e as melhores práticas pacificadas.

b) Verificar a consistência dos dados;

c) Adequar os dados/tabelas à nova plataforma; e

d) Checar os dados antes da importação/carga dos dados.

2) Importar os dados analisados para o banco de dados da solução, devendo para isso:

a) Estando os dados analisados em formato eletrônico, executar as seguintes atividades, importar os dados existentes (legados) para o banco de dados da solução, objeto do Termo de Referência;

b) Proceder à revisão e análise final da base de dados gerada com checagem pós-importação;

c) Realizar a homologação da base de dados já na nova estrutura; e

d) Não havendo nas instalações da CONTRATANTE, dados correspondentes aos bens patrimoniais em formato eletrônico, a CONTRATADA deverá orientar e apoiar a equipe da CONTRATANTE no processo de cadastramento manual das informações necessárias.

3) Proceder ao cadastramento do organograma/estrutura organizacional da CONTRATANTE, endereços físicos, centros de custos, lotação, responsáveis, dentre outras informações, conforme necessidade específica de cada um dos módulos da solução.

4) Configurar a política de permissões de acesso e de uso da solução, de acordo com a definição e orientação da CONTRATANTE.

5) Emitir relatório técnico ao final de implantação dos serviços de integração e carga inicial dos dados, descrevendo as atividades executadas.

ITEM 05. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS MÓDULOS WEB E MOBILE DE GESTÃO DE INVENTÁRIOS, MOVIMENTAÇÕES E MONITORAMENTO DE BENS PATRIMONIAIS POR RFID

A CONTRATADA deverá:

1) Instalar as licenças dos softwares/módulos que compõem a solução, considerando o seguinte:

- a) Proceder a instalação nos ambientes disponibilizados (homologação e produção), com supervisão técnica da equipe da CONTRATANTE;
- b) Utilizar para instalação os roteiros e scripts de instalação próprios, com o apoio e supervisão da CONTRATANTE;
- c) Fornecer/entregar todas as licenças dos softwares/módulos acompanhados de todas as informações necessárias para instalação e configuração, tais como: manuais, número e/ou certificado da licença, registro e/ou chave quando houver, procedimentos de instalação, assim como eventuais acessórios que as acompanhem ou que sejam requeridos para o seu funcionamento.
- d) Garantir que as mídias dos softwares a serem entregues a CONTRATANTE, estejam livres de defeitos e de vírus de computador, obrigando-se a substituir a(s) mídia(s) que porventura seja(m) consideradas pela CONTRATANTE como “defeituosa(s)”.
- e) Substituir a(s) mídia(s) no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos e contados a partir da comunicação oficial da CONTRATANTE.
- f) Após a instalação começará a fase de definição dos usuários e com isso serão criados, configurados e atribuídos os perfis de acesso para os usuários da solução, além da configuração e cadastramento das principais tabelas corporativas, quando couber.
- g) Emitir relatório técnico após a conclusão do serviço de instalação para cada um dos módulos da solução, especificados no Termo de Referência. O relatório deverá descrever as atividades executadas.

ITEM 06. SERVIÇO DE SANEAMENTO, INVENTÁRIO E FIXAÇÃO DAS ETIQUETAS/TAGS RFID(TAGUEAMENTO)

Este serviço consiste, efetivamente, em procedimentos de saneamento dos dados patrimoniais, com realização do inventário físico dos bens da CONTRATANTE e a realização de tagueamento de todos os equipamentos;

Durante a execução dos trabalhos deverá ser feito o inventário físico dos bens patrimoniais existentes a partir de relação de bens de acordo com a base de dados gerado no levantamento contábil e informações adicionais;

A CONTRATANTE deverá viabilizar às equipes de inventariantes o acesso às dependências da ESMPU e designar um servidor para apoio no inventário das áreas, as quais deverão percorrer os locais definidos para o inventário dos bens, sendo a verificação física de todos os itens atualizada automaticamente juntamente com a base de dados no sistema de gestão patrimonial da CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá fixar as etiquetas fornecidas em todos os equipamentos, mobiliários ou acessórios que necessitem ser controlados pela CONTRATANTE;

A CONTRATANTE fornecerá lista com localização e a quantidade estimada de itens a serem tagueados por local;

A CONTRATADA deverá analisar, determinar, testar e validar o posicionamento de fixação das etiquetas RFID, de maneira que facilite a leitura e, ao mesmo tempo, não interfira na instalação e funcionamento dos equipamentos.

Cabe a CONTRATADA proceder à personalização eletrônica, gravando os números de controle nos microchips (memória EPC) das Tags, conforme os requisitos e especificações constantes nos itens Tag RFID metal e Tag RFID não-metal do termo de referência, registrando, ainda, fotos do bem localizado;

Havendo divergência entre a lista fornecida e os equipamentos encontrados, fica a CONTRATADA responsável por registrar os equipamentos faltantes ou excessivos e taqueá-los, fornecendo o inventário final à CONTRATANTE;

Ao final do processo, finalizado o serviço de tagueamento em campo, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE o inventário completo dos equipamentos taqueados, realizado com os coletores de RFID portáteis fornecidos, carregando tais informações nos sistemas da CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá elaborar um “**Manual de Tagueamento de Equipamentos**”, documento que conterá uma explicação e imagens ilustrando a maneira e posição correta de fixação das etiquetas RFID em cada equipamento a ser controlado;

Caberá a CONTRATADA fornecer todas as ferramentas e utensílios para a completa e adequada realização dos trabalhos, bem como arcar com todas as despesas necessárias para a completa realização da atividade;

ITEM 07. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS COLETORES PORTÁTEIS

Para a instalação e a configuração dos equipamentos, a CONTRATADA deverá executar os seguintes serviços:

Configuração dos coletores RFID portáteis ;

Configuração das funcionalidades dos coletores RFID portáteis;

Instalação e configuração do software dos coletores RFID portáteis;

Integração dos coletores RFID portáteis com os sistemas;

ITEM 08. SERVIÇO DE TREINAMENTO DE PESSOAL

O Treinamento visa a capacitar os servidores indicados pela CONTRATANTE a utilizarem com precisão os equipamentos e softwares integrantes da solução adquirida. A abordagem deverá ser eminentemente prática, de forma a capacitar os participantes a empregar os recursos oferecidos pela solução.

O treinamento deverá ser ministrado por instrutor certificado pelo fabricante.

Caberá à CONTRATADA:

1) Realizar treinamento presencial para os servidores e colaboradores designados pela CONTRATANTE, com perfil funcional, conhecimentos e habilidades para atuarem como multiplicadores de usuários da solução contratada.

2) O conteúdo programático do treinamento deverá ser preparado pela CONTRATADA com base no processo de gestão de bens patrimoniais e nas funcionalidades dos softwares aplicativos da solução e deve estar focado nos seguintes aspectos:

a) Treinar servidores e colaboradores para a execução das políticas, diretrizes e normas voltadas à administração e organização de bens patrimoniais da CONTRATANTE, transmitindo os conhecimentos básicos necessários para o uso adequado das funcionalidades dos módulos WEB e MOBILE dos softwares aplicativos objeto desta contratação; e

b) Treinar servidores e colaboradores, com perfil técnico adequado, para atuarem como usuários administradores habilitados para parametrizar e configurar os perfis de acesso, instalar e reinstalar os softwares, configurar os parâmetros de segurança para a adequada operação dos usuários.

3) Realizar o treinamento presencial nas instalações da CONTRATANTE, para até 12(doze) participantes, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, distribuídas no mínimo em 2(dois) dias, no período compreendido entre as 8 e 18 horas, de segunda a sexta-feira..

4) Responsabilizar-se por:

a) Preparação de material didático;

b) Configuração do ambiente de treinamento;

c) Realização de carga de dados, se necessário;

d) Disponibilização de instrutores capacitados;

e) Aplicação de pesquisa de satisfação;

f) Fornecimento de certificado e de material didático em mídia eletrônica, em formatos padrão de mercado (PDF ou DOC) e em idioma Português do Brasil.

5) Arcar com as despesas decorrentes da capacitação, tais como: alocação de instrutores, confecção do material didático e de certificados para os participantes.

6) Apresentar relatório de acompanhamento do treinamento realizado e a lista de presença devidamente assinada.

Ficará à cargo da CONTRATANTE :

1) Disponibilizar a infraestrutura necessária que deverá conter os seguintes recursos:

a) Espaço físico adequado e com capacidade para acomodar os participantes;

b) Microcomputadores ligados em rede e com acesso aos softwares/módulos objetos do treinamento, em número suficiente para atender aos participantes, sendo um equipamento por participante e um para o instrutor;

c) Projetor multimídia; e

d) Quadro e canetas-pincel.

ANEXO II DO CONTRATO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

....., portador do documento de Identidade n.º, órgão expedidor, UF, CPF n.º, matrícula junto a empresa n.º, CTPS n.º, expedida em/...../....., declara ter pleno conhecimento de sua responsabilidade junto a Escola Superior do Ministério Público da União em adotar medidas de segurança adequadas no âmbito de suas atividades, especialmente no

que diz respeito a obrigatoriedade de manter segredo sobre dados e informações de natureza sigilosa ou sensível, tratados no âmbito da ESMPU, bem como sobre todas as informações que, por força da sua função, venha a ser do seu conhecimento, conforme previsto em legislação vigente.

Compromete-se, ainda, a zelar pela proteção dos equipamentos, documentos, materiais, instalações físicas, processos e sistemas de informação sob sua responsabilidade ou os quais lhe foram disponibilizados para uso, fazendo-o em estrito interesse e razões do serviço da Escola Superior do Ministério Público da União.

E por estar de acordo com o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo-TCMS, assina este documento na presença de duas testemunhas, abaixo nomeadas e identificadas.

Brasília-DF, ____/____/2020.

Assinatura do Empregado Declarante

TESTEMUNHAS:

1. _____

(Assinatura)

Nome legível: _____

Identidade: _____

CPF: _____

2. _____

(Assinatura)

Nome legível: _____

Identidade: _____

CPF: _____

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO - RESOLUÇÃO N.
37/2009 - CNMP

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO - RESOLUÇÃO CNMP N° 37/2009

IDENTIFICAÇÃO

NOME DA EMPRESA:	
CNPJ:	
NOME DECLARANTE:	CPF:
CARGO:	
<p>DECLARO, nos termos da Resolução nº 37/2009 - Atualizada, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação junto à ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, que:</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas na ESMPU, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNMP nº 37/2009.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores são cônjuges, companheiros (as) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificado(s):</p>	
Nome do Membro ou servidor:	
Cargo:	
Órgão de Lotação:	
Grau de Parentesco:	
Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.	
LOCAL E DATA	ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL/CARIMBO

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA - SOMENTE LICITANTE DECLARADO
VENCEDOR

ART. 16, SEÇÃO II, PORTARIA ESMPU N. 21/2017
(DE ACORDO COM O CAPÍTULO DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA E
DO TERMO DE CONTRATO)

Por meio deste documento e do cadastro como usuário externo no SEI da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), eu, _____, CPF nº

_____, RG nº _____, declaro que aceito as condições que disciplinam o processo eletrônico, com fundamento na legislação pertinente e especialmente na Portaria ESMPU nº 21/2017, e admito como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo seu uso e pelas ações efetuadas. São, ainda, de minha exclusiva responsabilidade:

I – o sigilo da senha de acesso;

II – as condições de minha rede de comunicação, o acesso ao meu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transações eletrônicas;

III – a observância do horário oficial de Brasília, para fins de contagem e cumprimento de prazos.

_____, _____ DE _____ DE _____.

ASSINATURA DO USUÁRIO



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Estefania Borges Tegoshi, Chefe da Central de Licitações e Cotações Eletrônicas**, em 18/10/2022, às 14:14 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan de Almeida Guimarães, Secretário de Administração**, em 24/10/2022, às 18:04 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.escola.mpu.mp.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **0376070** e o código CRC **1A6B4C4B**.

SGAS 603, lote 22 - Bairro Asa Sul - CEP 70200-630 Brasília - DF

Telefone: (61) 3553-5300 - <http://escola.mpu.mp.br/>

Processo nº: 0.01.000.1.001478/2022-89

ID SEI nº: 0376070